



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

CONTRATANTE (UASG)

Procuradoria da República no Rio Grande do Sul - UASG 200061

OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de Material de Consumo Administrativo por meio de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, sob demanda, integrados ao Sistema Web disponibilizado e implantado pela Contratada e com entrega porta a porta para atender a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e demais unidades descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 82.593,79 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2026 às 13h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior Desconto Global

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado, conforme art. 33, II, do Decreto nº 10.024/2019

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplica, conforme §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021

Link para cadastramento da proposta e para a sessão: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL, por meio da SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS, sediada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700, bairro Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Maior Desconto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas complementares aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de Material de Consumo Administrativo por meio de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, sob demanda, integrados ao Sistema Web disponibilizado e implantado pela Contratada e com entrega porta a porta para atender a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e demais unidades descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o maior desconto sobre o valor estimado anual de R\$ 82.593,79 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos), conforme item 13.1 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.3.1. O percentual de desconto incidirá sobre todos os insumos, conforme consta no Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo do Termo de Referência, observando o valor máximo aceitável por item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. sociedades cooperativas, considerando que o objeto contratual requer estrutura organizacional própria, gestão integrada de almoxarifado virtual, operações e supervisão permanentes e responsabilização direta pelos resultados alcançados, exigências incompatíveis com o modelo cooperativista, cuja atuação se fundamenta na autonomia dos cooperados e na execução coletiva das atividades.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

2.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

2.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.13. Sociedades cooperativas

2.6.14 . Pessoas físicas

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.5. e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de acordo com o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. A participação se dará mediante o Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

4.2.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 e 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos referentes ao valor/desconto, quantidade e descrição do objeto, conforme Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10.1. O critério de julgamento da proposta desta contratação é o de MAIOR DESCONTO, conforme consta nos itens 1 e 13.1 do Termo de Referência.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. **O licitante deverá ofertar desconto, maior ou igual a 1%, sobre o valor estimado anual de R\$ 82.593,79 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos).**
- 6.5.1. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,01 %, (zero vírgula zero um) por cento.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“aberto e fechado”**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

conforme IN SEGES/ME nº 73/2022.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, Conforme art. 60 da Lei nº 14.133/2021, os critérios de desempate, na seguinte ordem de preferência, serão:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5. Verificadas as condições de participação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.5.1. A pregoeira solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a PROPOSTA (ANEXO II deste edital) adequada ao último lance ofertado ou valor negociado, acompanhada dos seguintes documentos complementares:

- a) DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – Resolução CNMP (ANEXO III).
- b) DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL (ANEXO IV).
- e) DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (ANEXO V).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Pregoeira;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 7.6.6. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- 7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. A prorrogação do prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira ou, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

7.12. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

7.13. Caso a proposta mais bem classificada seja desclassificada ou o licitante não atenda às exigências, poderá ser convocado o licitante remanescente, segundo a ordem de classificação, para negociação, conforme art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei no 14.133, de 2021.

8.1.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

Normativa SEGES/MP no 03, de 2018.

8.1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, na fase de habilitação, a respectiva documentação atualizada.

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) CÓPIA DO ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL, em vigor, devidamente registrado, com respectivas alterações ou da consolidação respectiva, que comprove que o licitante explora ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário);

a.1) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

a.3) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

de 18 de março de 2020.

a.5) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.6) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

a.7) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

maio de 1943;

- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida, no máximo, até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta, caso não haja data de validade no documento;
- b) Balanço patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado ou o livro diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, caso o registro do mesmo esteja vencido no SICAF;

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, nas formalidades



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

constante na alínea “b”;

b.3) As empresas obrigadas a utilizar a Escrituração Contábil Digital – ECD, comprovarão a autenticação do balanço por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do § 1º, do art. 78 – A, do Decreto nº 1800, de 30 de Janeiro de 1966;

b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1 (um), de pelo menos dois dos três índices exigidos, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, mediante comprovação apresentada pela empresa:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.5) O licitante deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado anual da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Edital - ANEXO VI.

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

8.6.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o atestado deverá dizer respeito a contrato executado com as seguintes características mínimas:

- a) Comprovação de **experiência mínima de 1 (um) ano** na prestação dos serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, não sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

8.6.2. A exigência de atestado de capacidade técnica que comprove a prestação de serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual por período mínimo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, tem por objetivo demonstrar a capacidade operacional da licitante para executar o objeto contratado, assegurando a adequada gestão logística, a continuidade das operações e a prestação eficiente e segura dos serviços.

8.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.6.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela pregoeira, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.6.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.6.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.7 . PROVA DE CONCEITO (POC)

8.7.1. O licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar será convocado para a realização da Prova de Conceito - POC, conforme especificados no item 6.6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

8.7.2. No caso do primeiro licitante classificado e habilitado não atender aos requisitos mínimos da Prova de Conceito, será desclassificado e convocado o próximo licitante, melhor classificado e devidamente habilitado, para a apresentação de solução para teste e avaliação, e assim sucessivamente, até que haja aprovação na POC.

8.8. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

8.8.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

e mantê-los atualizados.

8.8.4. A verificação pela Pregoeira em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.8.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogável, contado da solicitação da Pregoeira.

8.8.6. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.8.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.8.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.8.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8.8.1. Nessa hipótese, será possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou a falha do licitante, após avaliação da pregoeira, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU no 1.211/2021 – Plenário).

8.8.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.8.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.8.11. A pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, solicitar correções de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pelo licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação da pregoeira, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

9.3. O contrato deverá ser assinado por meio eletrônico através do Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF (<https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), conforme item 18 da Minuta do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

Contrato - ANEXO VII deste edital.

9.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.5.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo enviar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: prrs-licita@mpf.mp.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, Compras.gov.br, e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#)

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [Licitações \(mpf.mp.br\)](#) (Portal



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 1.29.000.013539/2025-11

Transparência do MPF).

13.11. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente. O edital entra em vigor na data de sua publicação no PNCP.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo;

Anexo I - B - Mapa Comparativo de Preços;

Anexo I - C - Prova de Conceito (POC);

Anexo I - D - Relação dos Endereços;

13.12.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

13.12.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – Resolução CNMP

13.12.4. ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL

13.12.5. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.12.6. ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

13.12.7. ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.

Gabriela Moura da Veiga
Supervisora
Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
PGEA – 1.29.000.013539/2025-11

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO..... 1

2. PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DA EXECUÇÃO..... 2

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO..... 3

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO..... 5

5. DAS DEFINIÇÕES..... 5

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO..... 8

7. EXECUÇÃO DO OBJETO..... 25

8. GESTÃO DO CONTRATO..... 30

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS..... 33

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO..... 35

11. REAJUSTE..... 39

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS..... 40

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR..... 44

14. ESTIMATIVA DO PREÇO..... 46

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... 46

16. DISPOSIÇÕES FINAIS..... 46

17. ANEXOS..... 46

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de Material de Consumo Administrativo por meio de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, sob demanda, integrados ao Sistema Web disponibilizado e implantado pela Contratada e com entrega porta a porta para atender a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e demais unidades descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Assinado com login e senha por VINICIUS RADKE DORNELES, em 22/06/2026 10:53. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave b7df7f7e.5a1eb17.f3b6f91d.96fc84a2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

ITEM	CATSER	Descrição	Valor Estimado Anual
1	27685 - Serviço de Almojarifado Virtual de Material de Consumo e Gerenciamento de Meios Logísticos	Contratação de serviço continuado de almojarifado virtual com entrega porta-a-porta nos endereços das Unidades do MPF/RS	R\$ 82.593,79

- 1.1.1. O valor estimado anual é de R\$ 82.593,79 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos).
- 1.1.1.1. O valor do Pedido mínimo será de R\$ 450,00. Estima-se que sejam realizados 182 pedidos por ano.
- 1.1.2. O licitante deverá ofertar desconto, maior ou igual a 1%, sobre o valor estimado anual.
- 1.1.2.1. O percentual de desconto incidirá sobre todos os insumos, conforme Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo do Termo de Referência, observando o valor máximo aceitável por item.
- 1.1.3. O Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo, do presente Termo de Referência, exemplifica os itens de Material de Consumo Administrativo adquiridos para suprir as necessidades da PR/RS e de suas unidades descentralizadas, identificados e quantificados conforme levantamento estatístico do consumo e da necessidade do Órgão do último exercício.
- 1.1.4. O ramo de atividade da contratação pretendida é Serviço de Almojarifado Virtual de Material de Consumo e Gerenciamento de Meios Logísticos (Código CATSER 27685), correspondente à descrição dos serviços constantes do Sistema de Catalogação de Serviços ou Obras do Governo Federal.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável, sucessivamente, por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2.3. A execução dos serviços deverá ter início previsto em 01/10/2026 ou, a critério do CONTRATANTE, em data posterior, com emissão de ordem de serviço.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no estudo técnico preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação.

3.2. Justificativa da necessidade da Contratação

- 3.2.1. Os bens e serviços que compõem a família de compras de Material de Consumo Administrativo (incluindo o material de expediente, suprimentos de informática, material de copa e cozinha, material para manutenção predial e gêneros alimentícios), são essenciais para a execução das atividades organizacionais da Sede e das Unidades Descentralizadas, sejam ligadas às suas competências finalísticas ou sejam de natureza administrativa.
- 3.2.2. Vale também ressaltar que o outsourcing logístico não é novidade, especialmente no mercado privado, visto que desonera a organização da execução direta de atividades que não se inserem em seus objetivos e permitem focar no que é finalístico, propiciando a redução de custos e investimentos e o foco no negócio principal da Administração.
- 3.2.3. Os benefícios da utilização de outsourcing coincidem com ganhos ora pretendidos e favorecem a inovação da estratégia atualmente utilizada pela Administração Pública, na medida em que promovem o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e controle, com automatização e terceirização de processos, redução dos níveis de estoque ao mínimo, com consequente e significativa redução no uso do espaço físico e de todas as despesas de conservação predial, tais como gasto com energia elétrica, água e manutenção das instalações, bem como minimizam a dedicação de força de trabalho da Administração armazenagem, controle de estoque, distribuição e desfazimento de materiais, e, também, favorecem a obtenção de economia de escala por meio da centralização do processo de compra.
- 3.2.4. Após a implantação do modelo de contratação de serviços descrito neste TR, a Sede do PR/RS e suas Unidades Descentralizadas poderão, gradativamente, liberar os espaços ocupados com estocagem e diminuir ou até prescindir da utilização de profissionais dedicados exclusivamente à aquisição, guarda, distribuição e desfazimento de materiais de consumo administrativo, posto que a lógica de compra e estocagem dos suprimentos (almoxarifado físico) é substituída pela de almoxarifado virtual, em que, regularmente, em intervalos que se adequem às necessidades do momento, as unidades solicitantes farão pedidos de materiais no sistema da contratada, ficando esta responsável pela aquisição, estocagem (quando julgar necessário para o cumprimento das obrigações contratuais), separação, embalagem e entrega.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

3.2.5. A contratação dos serviços para suprir as necessidades do MPF/RS na aquisição dos materiais em questão com o modelo de terceirização do gerenciamento de meios (outsourcing), incluindo ferramenta tecnológica de gestão, propicia, como se constata, a modernização da gestão, devendo-se destacar o incremento da gestão de consumo e de controle das demandas por meio do sistema da contratada, com as vantagens de centralização das informações em uma base de dados comum para todas Unidades do MPF/RS.

3.3. Justificativa quanto à natureza do serviço

3.3.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum**, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021 haja vista que:

- 3.3.1.1. Está disponível no mercado para contratação a qualquer momento, conforme levantamento de mercado realizado;
- 3.3.1.2. Possui especificações usuais, padronizadas e pré-determinadas, cuja forma de execução é objetiva e uniforme, com características pouco variáveis.

3.4. Alinhamento ao Planejamento Estratégico

3.4.1. A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (PE-MPF 2024/2027) na medida em que atende aos Objetivos Estratégicos da Portaria PGR/MPF nº 843/2024.

3.5. Enquadramento da Contratação

- 3.5.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, inciso XLI, e no artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.5.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob a etiqueta PRRS-D0016/26 (ID PCA).

3.6. Justificativa para o não parcelamento

- 3.6.1. Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve justificar a decisão quanto ao parcelamento ou não do objeto, considerando a viabilidade técnica, a vantajosidade econômica e os impactos na gestão contratual.
- 3.6.2. No caso da presente contratação, optou-se pelo não parcelamento do objeto, mantendo-se a contratação integrada dos serviços, facilitando o gerenciamento operacional. Além disso, o agrupamento amplia a atratividade do certame para empresas, favorecendo:
 - 3.6.2.1. maior competitividade entre fornecedores qualificados;
 - 3.6.2.2. condições comerciais mais vantajosas decorrentes da economia de escala;
 - 3.6.2.3. mitigação de riscos de preços inexequíveis ou desequilíbrios contratuais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 3.6.3. Diante do exposto, observa-se que a contratação integrada assegura maior eficiência, controle, padronização e racionalidade administrativa, sem prejuízo à competitividade, atendendo plenamente ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Da participação na Licitação

- 3.7.1. A licitação **não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, tendo em vista que o valor estimado supera o limite previsto no art 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.7.2. **Será vedada a participação de empresas em regime de consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando que o objeto não é de alta complexidade ou vulto técnico-financeiro, existindo ampla oferta de empresas qualificadas para execução direta do serviço (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário).
- 3.7.3. **Não será permitida à participação de pessoas físicas** nesta contratação, em razão da incompatibilidade entre as exigências estruturais e operacionais do objeto e a atuação individual. Dessa forma, é necessária a contratação de pessoa jurídica que possua capacidade organizacional, técnica e econômico-financeira compatível com a complexidade e a continuidade dos serviços, nos termos do art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de solução integrada de logística, compreendendo a disponibilização de plataforma tecnológica que possibilite a realização, o controle e a gestão dos pedidos, bem como os mecanismos para o gerenciamento do consumo e demanda e o fornecimento, sob demanda, de materiais de consumo com entrega porta-a-porta, com as funcionalidades e fluxos descritos neste Termo de Referência e seus anexos.

5. DAS DEFINIÇÕES

- 5.1. Para o correto entendimento deste TR, serão consideradas as definições a seguir:
- 5.1.1. **SELOG** – Seção de Logística da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul;
- 5.1.2. **Agente de Triagem:** Encarregado do recebimento do(s) volume(s) entregue(s) pela Contratada no local designado no Pedido de Fornecimento e da verificação da integridade das embalagens (volumes) e da confirmação da quantidade de volume recebida;
- 5.1.3. **Aprovador:** servidor da SELOG dotado de poder decisório e de competência para aprovar o Pedido de Fornecimento gerado no Sistema web da Contratada;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 5.1.4. **Broken Authentication and Session Management:** tentativa de quebra de autenticação e da gestão de sessão dos usuários do sistema para obtenção de acesso não autorizado ou indevido;
- 5.1.5. **Brute Force:** tentativa de descoberta de senhas/logins por meio de processos manuais ou automatizados;
- 5.1.6. **PR/RS** - unidade administrativa responsável pelo monitoramento e pelo acompanhamento da execução dos serviços no âmbito geral e pelo pagamento à Contratada, em relação ao(s) contrato(s) que firmar;
- 5.1.7. **Conhecimento de Transporte:** documento fiscal brasileiro emitido pelas transportadoras de carga para cobrir as mercadorias entre a localidade de origem e o destinatário da carga;
- 5.1.8. **Cross-site request forgery (CSRF):** Tipo de ataque informático malicioso a um website no qual comandos não autorizados são transmitidos através de um utilizador em quem o website confia;
- 5.1.9. **Cross-site scripting (XSS):** tipo de vulnerabilidade de sistema de segurança de um computador, encontrado normalmente em aplicações web que ativam ataques maliciosos das páginas web;
- 5.1.10. **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor da PR/RS responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;
- 5.1.11. **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor da PR/RS responsável pela verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.1.12. **Gerente de Contas:** preposto da Contratada responsável por estabelecer os contatos e prestar as informações e esclarecimentos ao Contratante necessárias à boa execução contratual, sendo o ponto de contato entre Contratada e Contratante (Administradores, Fiscais e Gestores de Contrato) para toda e qualquer questão relacionada ao contrato, inclusive quanto a solicitações de ações corretivas;
- 5.1.13. **Gestor do Contrato:** servidor da PR/RS responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

- 5.1.14. **Help-desk:** serviço de apoio aos usuários para suporte e solução de problemas técnicos que o Sistema web apresentar;
- 5.1.15. **HTML5** (Hypertext Markup Language, versão 5): linguagem para estruturação e apresentação de conteúdo para a internet;
- 5.1.16. **Insecure Direct Object References:** referência de objeto direta, que permite que invasores as manipulem para acessar dados não autorizados.
- 5.1.17. **Login:** chave de acesso ao sistema web;
- 5.1.18. **Material de Consumo Administrativo:** material de expediente, suprimentos de informática, material de copa e cozinha e gêneros alimentícios, todos para uso administrativo;
- 5.1.19. **Material de Expediente:** todo o material consumido nas rotinas de trabalho administrativo, tais como: papel, lápis, caneta, borracha, régua, clips, grampeador, pasta, envelope, marca-texto, apagador de quadro, pincel atômico, fita adesiva etc.
- 5.1.20. **Suprimentos de informática de uso administrativo:** todo material inserido no conceito de processamento de dados, não classificado como permanente, consumido nas rotinas de trabalho. Ex: cartucho e toner para impressora, headset, webcam, pen drive, mouse pad etc.
- 5.1.21. **Material de copa e cozinha:** Todo material utilizado nos serviços de copeiragem, tais como: xícaras, copos, garrafas térmicas, talheres diversos, etc...
- 5.1.22. **Material de manutenção predial:** Lâmpadas;
- 5.1.23. **Gêneros alimentícios:** todo insumo utilizado para atendimento do público interno e externo em eventos, reuniões e atividades diárias, tais como: Café, açúcar, chás, etc.....
- 5.1.24. **Órgão** - estrutura administrativa da MPF, compreendendo a PR/RS Sede e suas Unidades Descentralizadas;
- 5.1.25. **Pedido de Fornecimento:** documento eletrônico gerado a partir do Sistema web da Contratada que endereça as necessidades de Material de Consumo Administrativo da PR/RS ou unidades descentralizadas;
- 5.1.26. **Prova de Conceito (PoC):** procedimento realizado durante o processo licitatório para verificação do atendimento dos requisitos e funcionalidades da solução tecnológica a ser disponibilizada;
- 5.1.27. **Response time testing:** teste de desempenho para verificação do tempo de resposta do Sistema web;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 5.1.28. **RESTfull:** design de arquitetura construído para servir aplicações em rede;
- 5.1.29. Secure sockets layer (SSL): protocolo de comunicação criptografado que protege as transferências de dados via internet para serviços como e-mail, navegação por páginas e outros tipos;
- 5.1.30. **Sistema web:** sistema disponibilizado pela Contratada, próprio ou de terceiros, que contém o pacote de funcionalidades que serão disponibilizadas aos usuários do Sistema web de forma a facilitar a elaboração, aprovação, encaminhamento, faturamento e controle dos Pedidos de Fornecimento;
- 5.1.31. **Solicitante:** servidor/colaborador do Contratante que ficará a cargo de elaborar e encaminhar para aprovação o Pedido de Fornecimento e atestar o(s) recebimento(s) de material(is) de consumo administrativo, previamente autorizado a realizar a gestão interna de sua respectiva unidade no que tange à gestão de Materiais de Consumo Administrativo;
- 5.1.32. **SFTP** (SSH File Transfer Protocol): protocolo seguro de transferência de arquivos entre computadores na Internet, possibilitando download e upload;
- 5.1.33. **SQL Injection:** tipo de ameaça de segurança que se aproveita de falhas em sistemas que interagem com bases de dados;
- 5.1.34. **Unidade Administrativa** - unidade da PR/RS, considerada a estrutura organizacional de cada órgão, responsável pelo monitoramento e pelo acompanhamento da execução dos serviços no âmbito de sua atuação;
- 5.1.35. **URL** (Uniform Resource Locator): endereço virtual pelo qual será acessada a solução tecnológica.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Além das exigências a seguir elencadas, a CONTRATADA deverá observar os requisitos constantes no Edital e seus anexos.

6.2. SUSTENTABILIDADE

- 6.2.1. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental e social compatíveis com o Guia de Contratações Sustentáveis e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério Público Federal, bem como com a Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental em contratações públicas.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

- 6.3.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 6.3.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de materiais de consumo, via sistema web disponibilizado pela CONTRATADA.
- 6.3.3. A subcontratação fica limitada à Central de Atendimento, transporte e entrega de materiais solicitados.
- 6.3.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 6.3.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 6.3.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 6.3.7. Nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público Federal ou com servidor público do MPF que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 6.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 6.4.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 - 6.4.2.1. A CONTRATADA deverá encaminhar a referida garantia à Divisão de Contratações e Gestão Contratual da PR/RS, via Sistema de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena das sanções estabelecidas no contrato e na legislação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

pertinente.

- 6.4.3. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 6.4.4. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 6.4.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 6.4.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 6.4.7. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 6.4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 6.4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 6.4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 6.4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 6.4.12. O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE acompanhado das condições gerais e o número do processo administrativo sob o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

- 6.4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - 6.4.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 6.4.13.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 6.4.13.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.
- 6.4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 6.4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 6.4.17. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.4.18. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 6.4.19. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 6.4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuidade ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- 6.4.21. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 6.4.22. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 6.4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 6.4.24. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.
- 6.4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 6.4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

6.5. VISTORIA

- 6.5.1. Não há necessidade de vistoria prévia, considerando que a execução dos serviços se dará de forma descentralizada.

6.6. PROVA DE CONCEITO (POC)

- 6.6.1. O licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data estabelecida para a sua realização, para Prova de Conceito - POC, em Porto Alegre/RS, ou a distância via Web, visando a aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas do sistema web especificados neste Termo de Referência e anexos.
- 6.6.2. O acompanhamento dos testes ficará limitado à participação de até 5 (cinco) representantes da Sede da PR/RS, sendo representados pela Coordenadoria de Administração, SELOG, CTIC e SLDE.
 - 6.6.2.1. Fica facultado o acompanhamento presencial, mediante agendamento, dos demais participantes da Licitação, da POC aplicada.
- 6.6.3. A POC será realizada por equipe técnica designada pelo Contratante, responsável pela aferição do atendimento dos itens descritos neste TR, conforme tabela a seguir:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

PROVA DE CONCEITO - POC				
Requisitos de Acessibilidade (Pelo menos dois Navegadores descritos abaixo)		Atende	Não atende	Observação
1	Acesso ao sistema via Google Chrome.			
2	Acesso ao sistema via Microsoft Edge.			
3	Acesso ao sistema via Mozilla Firefox.			
Requisitos de Disponibilidade		Atende	Não atende	Observação
4	Disponibilidade do sistema <i>web</i> mínima de 96% (noventa e seis por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC, com possibilidade de mais uma execução, em caso de erro.			
Requisitos de Segurança		Atende	Não atende	Observação
5	Sítio de hospedagem com certificado <i>SECURE SOCKETS LAYER</i> .			
6	Sistema <i>web</i> resistente a <i>SQL INJECTION</i> e <i>CODE INJECTION</i> .			
7	Sistema <i>web</i> resistente a <i>Brute force</i> .			
8	Acesso às funcionalidades do sistema <i>web</i> de acordo com perfis de usuários (<i>Broken Authentication and Session Management</i>) e protegido de <i>Insecure Direct Object References</i> .			
9	Acesso ao <i>log</i> de dados do sistema <i>web</i> .			
10	Acesso de auditoria no sistema <i>web</i> .			
Requisitos de Funcionalidade		Atende	Não atende	Observação
11	Acesso ao sistema <i>web</i> com utilização de <i>login</i> e senha pessoal.			
12	Cadastramento de órgãos no sistema <i>web</i> .			
13	Cadastramento de unidades administrativas no sistema <i>web</i> .			
14	Cadastramento dos diversos perfis de usuários no sistema <i>web</i> .			

Assinado com login e senha por VINICIUS RADKE DORNELES, em 22/06/2026 10:53. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b7df7f7e.5a1eb717.f3b6f91d.96fc84a2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

PROVA DE CONCEITO - POC				
15	Cadastramento de limites de despesas na solução tecnológica por órgão e por unidade administrativa.			
16	Inclusão de pedido por solicitante, no sistema <i>web</i> .			
17	Acompanhamento do pedido pelo solicitante por meio do sistema <i>web</i> , em tempo real.			
18	Cancelamento de pedido de material, pelo solicitante e/ou pelo aprovador do pedido de fornecimento.			
19	Ateste de recebimento parcial ou total do pedido, pelo solicitante.			
20	Monitoramento pelos aprovadores, em tempo real.			
21	Consultas a relatórios com informações sobre cadastros e pedidos em tempo real, pelos solicitantes e aprovadores, conforme suas permissões e filtros selecionados. Validação de extração de dados para planilhas.			
22	Consultas a relatórios de faturamento dos pedidos e fornecimentos realizados, conforme permissões atribuídas pelo contratante aos usuários cadastrados e filtros selecionados. Validação de extração de dados para planilhas.			

- 6.6.4. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da POC são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 6.6.5. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da POC, informando se o Sistema web está ou não de acordo com os requisitos de funcionalidades estabelecidas.
- 6.6.6. Será considerado aprovado com ressalva o Sistema web que, embora possua todas as funcionalidades previstas na PoC, venha apresentar falha durante o teste.
- 6.6.7. Caso o relatório indique que o Sistema web foi aprovado com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogáveis exclusivamente a critério da Administração, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários no sistema e disponibilizá-lo, no mesmo prazo, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas.
- 6.6.8. No caso de o Sistema web não atender os requisitos mínimos da Prova de Conceito, o licitante será desclassificado e será convocado o próximo licitante

Assinado com login e senha por VINICIUS RADKE DORNELES, em 22/06/2026 10:53. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b7df7f7e.5a1eb717.f3b6f91d.96fc84a2



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

melhor classificado e devidamente habilitado, para a apresentação de solução para teste e avaliação, e assim sucessivamente, até que haja aprovação na POC.

- 6.6.9. Caso o relatório indique que o Sistema web está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório.
- 6.6.10. O Sistema web aprovado na POC, devidamente customizado para a PR/RS, deverá ser apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, sob pena da aplicação de penalidade(s) prevista na legislação vigente, podendo o Contratante, ainda, decidir pela rescisão unilateral do Contrato.
- 6.6.11. Os resultados da prova de conceito serão divulgados por meio de mensagem no sistema comprasnet e no portal transparência do MPF - <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

6.7. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA WEB

- 6.7.1. Quando da assinatura do Contrato, o Contratante e a Contratada nomearão os responsáveis pela interação, gerenciamento e acompanhamento da implantação do Sistema web, bem como suas respectivas atribuições.
- 6.7.2. A Contratada deverá comprovar e demonstrar o sistema proposto para o Contratante, em ambiente de produção, com todas as funcionalidades exigidas no Edital de Licitação, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do Contrato.
- 6.7.3. A inspeção do Contratante para recebimento do Sistema web será feita com base nas exigências estabelecidas no Edital de licitação, nas Especificações Técnicas e na proposta da Contratada.
- 6.7.4. Em até 3 (três) dias úteis após a demonstração de todas as funcionalidades indicadas no item 6.7.2 e o aceite do Contratante, a Contratada deverá iniciar o processo de implantação do Sistema web, apresentando cronograma de execução não superior a 30 (trinta) dias, composto no mínimo pelos seguintes itens:
 - 1. Disponibilização do sistema para acesso na PR/RS e PRMs (3 dias);
 - 2. Cadastramento de todos os usuários indicados pelo Contratante, com a configuração dos perfis e distribuição de senhas de acesso (5 dias);
 - 3. Cadastramento e disponibilização no sistema de todos os itens de materiais licitados (7 dias);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

4. Cadastramento e disponibilização no sistema de todos os locais de entrega de materiais (7 dias);
 5. Treinamento de todos os usuários, conforme o perfil definido pelo Contratante (10 dias);
 6. Realização de testes com pelo menos 2 (dois) usuários em cada PRM e 20 (vinte) usuários na PR/RS (15 dias);
 7. Disponibilização de Guia Rápido contendo as orientações de acesso e utilização do sistema personalizado para cada tipo de Usuário (15 dias);
 8. Teste de implementação do serviço, com a realização de pedidos de entrega de material via sistema (dois pedidos para cada PRM e 10 pedidos para a PR/RS), sendo realizado o acompanhamento de todas as etapas (20 dias) – esses pedidos serão de teste, devendo ser cancelados no sistema a fim de que a entrega física dos bens não seja executada;
 9. Personalização e geração de relatórios de acompanhamento previstos (25 dias);
 10. Implementação da rotina de disponibilização dos dados em arquivo XML no layout definido pelo Contratante (30 dias).
- 6.7.5. O Sistema web será considerado implantado nas instalações do Contratante depois de:
- 6.7.5.1. Término de todo o cadastramento de informações;
 - 6.7.5.2. Distribuição de logins e senhas individuais;
 - 6.7.5.3. Atendimento e todas as Especificações Técnicas;
 - 6.7.5.4. Implementações efetivamente instaladas, testadas e aprovadas pelo Contratante;
- 6.7.6. A Contratada terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de autorização formal do Contratante para elaborar, desenvolver e implementar rotinas operacionais de transferência de arquivos, juntamente com as equipes de TI do Contratante.
- 6.7.7. Cadastramento de dados:
- 6.7.7.1. A Contratada deverá fazer o cadastramento de todos os dados necessários à perfeita operação das atividades sem ônus para o Contratante.
 - 6.7.7.2. O cadastramento das informações e implantação do Sistema web deverá abranger as informações do Contratante e de seus usuários, tais como:
 - 6.7.7.3. Código (número de identificação) e nomenclatura do órgão Contratante;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 6.7.7.4. Código (número de identificação) e nomenclatura das Unidades administrativas do órgão Contratante;
- 6.7.7.5. Locais de entregas de cada Unidade Administrativa contendo, no mínimo, logradouro, número, complemento, bairro, cidade, CEP e telefone;
- 6.7.7.6. Usuários do Contratante, vinculando-os à respectiva Unidade Administrativa, nas seguintes funções/perfis:
 - 6.7.7.7. Solicitantes;
 - 6.7.7.8. Aprovadores;
 - 6.7.7.9. Administradores.
- 6.7.7.10. Distribuição de Senhas individuais, conforme item 6.9.5 deste TR;
- 6.7.7.11. Vinculação dos Solicitantes aos seus respectivos Aprovadores;
- 6.7.7.12. Demais informações, que se fizerem necessárias.
- 6.7.7.13. Para o cadastramento das informações pela Contratada, o Contratante fornecerá os arquivos de dados, após a data de assinatura do contrato.
- 6.7.7.14. A Contratada terá um prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento dos dados, para realizar o cadastramento das informações da Sede do PR/RS e de suas Unidades Descentralizadas, no Sistema web, incluindo ajustes eventualmente necessários e envio de logins e senhas temporárias por mensagem de e-mail para todos os usuários cadastrados, conforme arquivo(s) de informações fornecidas pelo Contratante, inclusive o perfil indicado para cada usuário.
- 6.7.7.15. Durante o prazo de execução contratual a Contratada poderá solicitar novos cadastramentos de usuários, da Sede do PR/RS e de suas Unidades Descentralizadas, sempre que necessário, aplicando-se o prazo discriminado neste Termo de Referência.
- 6.7.8. Transferências de arquivos:
 - 6.7.8.1. No final de cada período acordado, a Contratada deverá enviar para o Contratante um ou mais arquivos de faturamento e do controle das movimentações, cujo leiaute será acordado quando da assinatura do Contrato.
 - 6.7.8.2. A Contratada deverá elaborar rotinas de transferência dos arquivos de Notas Fiscais e das movimentações, o formato será XML e deverá obedecer o layout disponibilizado pela Contratada.
 - 6.7.8.3. A transferência de arquivos deverá ocorrer por meio da utilização de SFTP.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

6.7.8.4. Todos os custos de desenvolvimento e de implantação destas rotinas, procedimentos e treinamento correrão por conta da Contratada.

6.8. TREINAMENTO

- 6.8.1. A Contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para treinar os Aprovadores e Administradores, em turmas separadas, sendo de no mínimo, uma para Administradores e duas para Aprovadores, na(s) sede(s) do Contratante(s), conforme cronograma do item 6.7.4 deste TR.
- 6.8.2. A critério da Contratante o treinamento poderá ser dispensado.
 - 6.8.2.1. A Capacitação e Treinamento realizados pela Contratada observarão os seguintes requisitos mínimos, no prazo do item 6.7.4.:
 - 6.8.2.2. Treinamento presencial realizado nas instalações do Contratante de uma turma de Administradores e outra para Aprovadores, por profissionais com domínio de toda a solução;
 - 6.8.2.3. Repassar aos Aprovadores e Administradores o conhecimento de toda a cadeia de fornecimento dos serviços e funcionalidades do Sistema web, incluídos os procedimento dos serviços e funcionalidades do Sistema web, incluídos os procedimentos e funcionalidades dirigidos ao Perfil Solicitante;
 - 6.8.2.4. Elaborar, desenvolver e implementar métodos audiovisuais de treinamento, para todas as classes/perfis de usuários;
 - 6.8.2.5. Disponibilizar, para os processos operativos dos Solicitantes, Aprovadores e Administradores, abrangendo todas as funcionalidades do Sistema web, no mínimo, os seguintes recursos de ensino à distância: manuais eletrônicos e filmes/vídeos ou tutoriais explicativos da operação do sistema.
 - 6.8.2.6. A Contratada deverá atualizar toda a documentação de treinamento quando este se tornar obsoleto, quando da implementação de novas funcionalidades no Sistema web, em função da atualização tecnológica ou quando necessitar de revisões para melhor entendimento pelos usuários.

6.9. PEDIDO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

- 6.9.1. Após o cadastramento dos usuários, conforme item 6.7.7 deste TR, a Contratada passará a receber os pedidos, via web, registrando-os para entrega no prazo estipulado no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 6.9.1.1. Os pedidos serão elaborados pela(s) unidade(s) administrativa(s) em período padronizado pela PR/RS, por meio do Sistema web, acessado na URL da Contratada.
- 6.9.1.2. No momento da conclusão do Pedido de Fornecimento feito na URL da Contratada, o sistema deverá enviar automaticamente uma mensagem (e-mail) para o respectivo Aprovador da Unidade Administrativa informando-o que existe um Pedido de Fornecimento em aberto, aguardando sua aprovação, contendo um link anexado, que direcionará o Aprovador à funcionalidade do sistema para aprovação ou reprovação do pedido.
- 6.9.1.3. A aprovação ou reprovação do Pedido de Fornecimento deverá ocorrer até o quinto dia útil após o cadastramento do pedido pelo requisitante.
- 6.9.1.4. Até o decurso deste prazo, o Aprovador poderá rever a aprovação ou reprovação do Pedido de Fornecimento.
- 6.9.1.5. O prazo de entrega do(s) material(is) que compõe(m) o Pedido de Fornecimento aprovado será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do término do prazo de aprovação.
- 6.9.1.6. Em caso de eventual indisponibilidade verificada pelos usuários na URL da Contratada, a fiscalização técnica formalizará via e-mail o ocorrido, e, ao prazo citado em 6.9.1.5., será descontado o(s) dia(s) em que o problema com a plataforma permanecer.
- 6.9.1.7. O Pedido de Fornecimento deve ser entregue de forma integral, não devendo a Contratada parcelar as entregas.
- 6.9.1.8. Os Pedidos de Fornecimento de Material de Consumo Administrativo deverão observar o percentual de desconto ofertado pela Contratada para cálculo do preço e cada pedido deverá somar, após a aplicação do desconto, o valor mínimo de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
- 6.9.1.9. Se houver pedido de Fornecimento pendente de ateste ou contestação, será inibida a inclusão de novo pedido por qualquer Solicitante da respectiva Unidades Administrativa, até que seja atestado ou contestado o recebimento, conforme o caso.
 - 6.9.1.9.1. Não se aplicará o item anterior aos pedidos realizados pela PR/RS para entrega na sede, em razão da localização física do SELOG.
- 6.9.1.10. O Contratante deverá informar a unidade de medida para fornecimento junto com a formalização de pedido de disponibilidade do material no catálogo de itens.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 6.9.1.11. Os Pedidos de Fornecimento utilizarão como medida a unidade ou a embalagem fechada.
- 6.9.1.12. No que couber, devem ser observados e atendidos os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança definidos em normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme os termos da Lei nº 4.150/1962.
- 6.9.1.13. Serão prioritárias as utilizações de componentes do objeto, assim entendidos como serviços e insumos, reciclados e recicláveis e com critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme prevê o artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Dessa forma, nas ações de logística de frete e embalagem, por exemplo, deverá haver, a cargo da Contratada, a vinculação de uma política de destinação e reaproveitamento de resíduos gerados.
- 6.9.1.14. Havendo a necessidade de substituição ou inserção de novos itens de Material de Consumo Administrativo no catálogo, o Contratante deverá solicitar à Contratada, concedendo prazo razoável e suficiente para que a Contratada possa iniciar seu fornecimento, conforme o caso concreto, devendo apontar os benefícios da alteração, no caso de substituição.
- 6.9.1.15. Controle de pedidos de fornecimento atendidos parcialmente
- 6.9.1.16. Entende-se por entrega parcial de pedido a ocorrência em que o material recebido pela unidade solicitante estiver em quantidade menor do que a solicitada, bem como quando for entregue material divergente do solicitado, avariado ou com defeito.
- 6.9.1.17. A entrega complementar ou substituição de material(is) dos Pedidos de Fornecimento deverá ser realizado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, da contestação feita pelo Solicitante no Sistema web.
- 6.9.1.18. Caso a Contratada identifique previamente que atenderá ao Pedido de Fornecimento de forma parcial, deverá comunicar para o Solicitante, via sistema e com envio automático de mensagem de e-mail, contendo a informação da parte que ficará pendente de complementação e os motivos para o não atendimento total.
- 6.9.1.19. O cumprimento dos prazos adicionais não afasta a medição de resultado, conforme SLA (Acordo de Nível de Serviço), nem a possibilidade de aplicação de penalidade administrativa, ressalvado caso fortuito ou motivo de força maior.
- 6.9.1.20. Para o atendimento do saldo ou substituição do Pedido de Fornecimento original, a Contratada gerará nova(s) Nota(s) Fiscal(is), que deverá(ão) ser



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

entregue(s) juntamente com o material. O sistema web deverá informar e registrar a geração de nova Nota Fiscal para o atendimento do Pedido de Fornecimento original.

- 6.9.1.21. O Sistema web deverá ser dotado de processo de acompanhamento e controle dos pedidos atendidos parcialmente, inclusive das devoluções de materiais.
- 6.9.1.22. O Pedido de Fornecimento original deverá ter sinalização de atendimento parcial no Sistema web.
- 6.9.1.23. Todos os custos destas operações correrão por conta da Contratada.

6.10. LOGÍSTICA DA OPERAÇÃO E DE ENTREGA DOS MATERIAIS

- 6.10.1. A Contratada deverá executar as operações de logística de separação, embalagem, impressão dos Documentos Auxiliares da NF-e, transporte e entrega no endereço cadastrado e estipulado no Pedido de Fornecimento.
- 6.10.2. Eventuais riscos e danos durante o transporte e antes da entrega do(s) material(is) são de responsabilidade da Contratada.
- 6.10.3. A Contratada deverá elaborar os procedimentos de transporte dos materiais, de acordo com as especificações dos respectivos fabricantes. Estes procedimentos deverão ser compatíveis com a legislação ambiental.
- 6.10.4. As entregas obedecerão os prazos estipulados neste TR, conforme o caso, e deverão ser realizadas:
 - 6.10.4.1. No local designado na confirmação do Pedido de Fornecimento, conforme Anexo I - D - Relação dos Endereços;
 - 6.10.4.2. No horário compreendido entre as 12:00 às 18:00 (horário de Brasília/DF), de segunda à sexta-feira, exceto feriados e dias sem expediente na PR/RS e PRMs;
 - 6.10.4.3. Em veículo próprio ou terceirizado da Contratada, ou por meio de transportadora ou pelos Correios;
 - 6.10.4.4. Acondicionadas em embalagens adequadas, devidamente identificadas na forma estipulada neste TR e acompanhadas dos Documentos Auxiliares da NF-e.
- 6.10.5. Depois de realizada a entrega de todos os itens de Material de Consumo Administrativo do Pedido de Fornecimento, nas quantidades solicitadas, a Contratada deverá enviar automaticamente uma mensagem de e-mail para a caixa



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

postal do Solicitante, contendo o link que possibilite ao usuário atestar o recebimento integral do pedido ou contestar, no próprio Sistema web, informando as razões de contestação.

6.10.6. Cada entrega deverá ser acompanhada dos documentos fiscais exigidos na legislação pertinente.

6.10.6.1. No caso de emissão de Nota Fiscal de venda, na forma eletrônica, esta deverá ser enviada para e-mail do Contratante no respectivo ato de emissão.

6.11. DAS EMBALAGENS

6.11.1. A Contratada deverá adotar em todas as entregas, no mínimo, os seguintes procedimentos:

6.11.1.1. Embalar todos os materiais em caixas próprias, separados por Pedido de Fornecimento;

6.11.1.2. Selar as caixas com dimensões e resistência compatíveis aos materiais e ao transporte, dotadas internamente de material separador para preencher os espaços vazios, de forma a evitar danos no transporte e, quando houver material que requeira cuidados especiais no transporte, identificar a embalagem externa com alerta de conteúdo FRÁGIL;

6.11.1.3. Cuidar do fechamento da parte interna das caixas das embalagens, de modo a não permitir que materiais possam ficar escondidos sob as abas internas das caixas e causarem danos aos materiais ou acarretar erros de conferência.

6.11.2. As embalagens deverão ser perfeitamente identificadas externamente, com etiquetas adesivas de endereçamento ou com o espelho dos Pedidos de Fornecimento coladas na parte externa da embalagem e em local visível, contendo no mínimo as seguintes informações:

6.11.2.1. Nome do Contratante e seu respectivo Código de Identificação "UASG";

6.11.2.2. Unidade Administrativa solicitante;

6.11.2.3. Número do Pedido de Fornecimento;

6.11.2.4. Número da Nota Fiscal;

6.11.2.5. Endereço completo da entrega, contendo: logradouro, número, complemento, bairro, cidade, CEP;

6.11.2.6. Nome do Solicitante ou do responsável pelo recebimento onde os materiais deverão ser entregues;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 6.11.2.7. Telefone de contato do Solicitante ou empregado ao qual o material deverá ser entregue;
- 6.11.2.8. Quantidade de volumes a ser entregue e numeração sequencial, adotada quando o material é fornecido e embalado em múltiplos volumes; e,
- 6.11.2.9. Peso bruto.

6.12. CONFERÊNCIA DO MATERIAL

- 6.12.1. A Contratada deverá entregar o material requisitado no setor de triagem do endereço de entrega indicado no Pedido de Fornecimento e a Agente de Triagem atestará o recebimento do(s) volume(s), assinando a cópia dos Documentos Auxiliares da NF-e ou conhecimento de transporte.
- 6.12.2. O Solicitante deverá atestar ou contestar o recebimento do(s) material(is) em até 3 (três) dias úteis, devendo abrir a(s) embalagem(ns), confrontando com o pedido de fornecimento, e conferir:
 - 6.12.2.1. O estado do(s) material(is) entregue(s);
 - 6.12.2.2. A especificação técnica e a qualidade do(s) material(is) entregue(s);
 - 6.12.2.3. O preço unitário de cada material e compará-lo, se for o caso, com o preço contratado;
 - 6.12.2.4. Os documentos fiscais;
- 6.12.3. Conforme a exatidão ou não das quantidades, tipo, qualidade, preço e integridade de cada item recebido, o Solicitante deverá atestar ou contestar no todo ou em parte o recebimento do(s) material(is) integrante(s) do Pedido de Fornecimento.
- 6.12.4. O Aprovador poderá contestar o recebimento do Pedido de Fornecimento, no todo ou em parte, nos casos em que houver a recusa de recebimento de material ou devolução pelo setor de triagem em decorrência de avaria no transporte, problemas de conferência ou outros fatores.

DO FRETE E DO LOCAL DE ENTREGA

- 6.12.5. O custo do frete deverá estar incluído no preço ofertado pelo licitante, cadastrado no Sistema web a pedido do Contratante, conforme indicação de local de entrega contida no Pedido de Fornecimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 6.12.6. Os endereços da Sede da PR/RS e das Unidade Administrativas constam no Anexo I - D deste Termo de Referência.

**DEVOLUÇÃO DE MATERIAL E SANEAMENTO DE
CONTESTAÇÕES DO RECEBIMENTO DE PEDIDO DE
FORNECIMENTO**

- 6.12.7. Quando for observado pelo agente de triagem que os materiais entregues pela Contratada estão em desacordo com o requisitado, tais como divergente(s) das especificações técnicas de material, a mais ou a menos, com defeito, embalagens violadas ou danificadas no transporte; ou com material de separação em desacordo;
- 6.12.8. A Contratada será comunicada, por meio de contestação da entrega, no Sistema web, devendo providenciar o recolhimento (salvo nos casos em que a inconformidade ensejar recusa de recebimento, no ato da entrega pelo transportador) e a troca ou complementação do(s) material(is) recebido(s) em desacordo com o Pedido de Fornecimento e/ou com as especificações técnicas,

DOS CUSTOS

- 6.12.9. A Contratada deverá arcar com os custos decorrentes das operações de fornecimento dos materiais de consumo administrativo e logística no Sistema web, bem como todos os custos relacionados a transporte, seguro, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus empregados e prepostos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. DA FORMA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

7.1.1. A execução será indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

7.2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.2.1.1. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A CONTRATADA deverá fornecer solução integrada de logística, compreendendo a disponibilização de plataforma tecnológica, própria ou de terceiros, customizável e com interface web, que possibilite a realização, o controle e a gestão dos pedidos, bem como os mecanismos para o gerenciamento do consumo e demanda, e o fornecimento, sob demanda, de materiais de consumo com entrega porta-a-porta, conforme disposto neste Termo de Referência e seus anexos.

7.2.1.2. O Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo lista os materiais mais adquiridos pela Sede do MPF/RS e suas Unidades Descentralizadas, com base no levantamento realizado, que podem ser considerados como os de maior possibilidade de fornecimento à Contratada; portanto, tem caráter exemplificativo, podendo ser solicitada a qualquer momento a exclusão e inclusão de itens para fornecimento, conforme a necessidade de consumo do Contratante, desde que se enquadrem na definição de Material de Consumo Administrativo, conforme item 5.1.18.

7.2.2. Cronograma de realização dos serviços:

7.2.2.1. Os serviços serão prestados sob demanda.

7.3. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

7.3.1. A execução contratual observará, além das rotinas elencadas nos itens 6.10 a 6.12 deste Termo de Referência, as seguintes:

7.3.1.1. A solução integrada para suprimento de Material de Consumo Administrativo deverá ser operacionalizada e mantida em Sistema web da Contratada e permitir:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 7.3.1.1.1. Padronização e otimização dos processos de aquisição e logística de processamento por meio do uso de almoxarifado virtual;
- 7.3.1.1.2. Separação, embalagem, transporte e entrega no(s) local(is) designado(s) dos Materiais de Consumo Administrativo solicitados;
- 7.3.1.1.3. Controles precisos e on-line à base de dados e geração/emissão de relatórios gerenciais em Sistema web, durante toda a execução contratual.
- 7.3.1.2. A Contratada deverá disponibilizar e implementar sistema próprio ou de terceiros, customizável, que permita o gerenciamento e monitoração de todo o processo de suprimento, em regime contínuo, de 2ª a 6ª feira, com interface em Internet (web).
- 7.3.1.3. O Contratante, quando da assinatura do contrato ou em momento oportuno, deverá fornecer a relação dos servidores a serem cadastrados com os seus respectivos perfis de acesso.
- 7.3.1.4. Os Pedidos de Fornecimento serão realizados pelos Solicitantes indicados pelo Contratante e cadastrados no Sistema Web diretamente na URL da Contratada, por meio do uso de login e senha.
- 7.3.1.5. As avaliações das operações efetuadas na solução tecnológica da Contratada e o gerenciamento do contrato serão conduzidos por um ou mais servidores do Contratante, com as atribuições de Administrador.
- 7.3.1.6. Rotina de controle de acesso para usuários, de forma que cada usuário tenha acesso apenas ao conteúdo relacionado com suas competências, de acordo com o perfil cadastrado, a fim de permitir ou negar o acesso de pessoas previamente cadastradas e com login e senha pessoal, para a solicitação e/ou consulta de pedidos de materiais diretamente na URL da Contratada;
- 7.3.1.7. Interface acessível via Internet, de forma que não seja necessária a instalação de qualquer software adicional nos computadores dos órgãos usuários;
- 7.3.1.8. Excepcionalmente, se ocorrer, deverá ser firmado termo de responsabilidade sobre panes provocados nos equipamentos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

decorrente de qualquer tipo de anomalia provocada pelo sistema nos equipamentos do órgão.

- 7.3.1.9. Alteração, inclusão ou exclusão de descrições usuais para itens de Material de Consumo Administrativo;
- 7.3.1.10. Bloqueio de item(ns) de Material de Consumo Administrativo para determinados Solicitantes e/ou Unidades Administrativas, mantendo livre a aquisição para os demais Solicitantes ou Unidades do Contratante;
- 7.3.1.11. Gestão de demandas de materiais de consumo administrativo por órgão e por unidade administrativa;
- 7.3.1.12. Rotina automatizada de controle dos limites físico e financeiro definidos para as unidades administrativas pelo Contratante;
- 7.3.1.13. Controle de pedidos, envios, recebimentos e prazos de entrega, registrando as respectivas datas e horários, bem como a identificação dos solicitantes e órgão/unidade de vinculação e identificação nominal completa do receptor de cada remessa de material;
- 7.3.1.14. Geração imediata de relatórios gerenciais de qualquer periodicidade, conforme as permissões dos perfis dos usuários;
- 7.3.1.15. Para os relatórios previstos neste TR, para os diversos perfis de usuários, o Sistema web deverá disponibilizar filtros que possam ser configurados pelos próprios usuários, de acordo com os parâmetros de pesquisa e intervalos de datas desejados, bem como funcionalidades de exportação para uma planilha tipo MS Excel ou formato CSV;
- 7.3.1.16. Alteração de nível de acesso, inclusão e exclusão de usuários pela Contratada e pelo Contratante;
- 7.3.1.17. Inclusão, alteração e exclusão de órgãos e unidades administrativas;
- 7.3.1.18. Envio automático de mensagem eletrônica (e-mail) aos envolvidos a cada evento relevante, tais como: confirmação e aprovação de Pedido de Fornecimento; atendimento parcial; devolução do pedido pelo Aprovador e emissão de Nota Fiscal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

7.4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

7.4.1.1. O valor global anual estimado para a contratação dos serviços é de R\$ 82.593,79 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos).

7.4.1.1.1. O valor do pedido mínimo de fornecimento será de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), com estimativa de realização de 182 pedidos de fornecimento no período de 12 (doze) meses.

7.4.1.1.2. A metodologia de cálculo do valor global estimado para a Contratação dos serviços utilizou como referencial o levantamento médio para utilização em 01 (um) ano no Órgão.

7.4.1.2. O critério de julgamento para apontar o vencedor será o maior percentual de desconto, ofertado a partir do valor de referência informado no item 7.4.1.1 acima.

7.4.1.3. Para o dimensionamento do desconto, o licitante deverá considerar que todos os custos dos serviços de outsourcing, o lucro, seguro, frete e demais custos e despesas estão incluídos no preço final dos Materiais de Consumo Administrativo (insumos) a serem fornecidos.

7.4.1.3.1. O desconto ofertado, **que deverá ser Igual ou maior que 1%**, será aplicado nos itens do ANEXO I A e nos preços referenciais dos novos Materiais de Consumo Administrativo (insumos) a serem incluídos no Contrato, mediante o seguinte procedimento:

7.4.1.3.1.1. O Contratante informará formalmente à Contratada o(s) insumo(s) que deve(m) ser incluído(s) no catálogo de itens de Material de Consumo Administrativo, com suas respectivas especificações técnicas, inclusive quanto à unidade de medida, requerendo da Contratada o preço para cada um dos insumos requeridos.

7.4.1.3.1.2. O Contratante manifestará, também formalmente, a concordância com o preço informado pela Contratada ou a sua não aceitação, quando estiver superior ao



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

preço referencial máximo, caso em que a Contratada deverá ajustar o preço dos serviços ao preço referencial máximo, salvo comprovado de forma inequívoca que o preço não é compatível com o fornecimento exigido.

7.4.1.3.1.3. O preço referencial máximo admitido para cada insumo, será calculado a partir dos preços obtidos conforme os parâmetros de fonte e de cálculo estabelecidos na Instrução Normativa - IN SLTI/MP nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, considerando o desconto ofertado na proposta comercial da Contratada.

7.4.1.3.1.3.1. Conforme disposto no art. 5º, da IN SLTI/MP nº 65, a determinação do preço de referência utilizará os parâmetros elencados nos incisos I a V do referido artigo, empregados de forma combinada ou não.

7.4.1.3.1.3.2. Os procedimentos administrativos para a definição do preço de referência basear-se-ão, ainda, nas disposições da Portaria SG/MPF nº 100, de 31 de maio de 2023, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, que dispõe sobre os procedimentos para a realização de pesquisa de preços para a contratação de serviços e a aquisição de bens no âmbito da Procuradoria Geral da República, disponível no endereço eletrônico <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bits/treams/2a4b411c-9b8f-48c9-9c34-f451a4c7b762/content>.

7.4.1.3.1.3.3. O preço de cada insumo publicado no Sistema Web e que constará nos Pedidos de Fornecimento, relatórios e Notas Fiscais/Faturas deverá ser o preço final, já aplicado o desconto ofertado pela Contratada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

8. GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Após a assinatura do instrumento contratual, a CONTRATADA será convocada para uma reunião inicial com a equipe do CONTRATANTE. Nesta ocasião, serão apresentados:
 - 8.2.1. as obrigações contratuais e os resultados esperados;
 - 8.2.2. os mecanismos e procedimentos de fiscalização;
 - 8.2.3. as estratégias para a execução do objeto;
 - 8.2.4. a metodologia para aferição da qualidade e do cumprimento das metas;
 - 8.2.5. o regime de sanções administrativas aplicáveis em caso de descumprimento.
- 8.3. Os procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguirão o estabelecido na Portaria PGR nº 28, de 16 de março de 2023, sendo esta a norma de referência principal para a condução das atividades.
- 8.4. De forma subsidiária, para os casos não previstos na portaria mencionada, poderá ser aplicada a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, e suas eventuais atualizações.
- 8.5. As demais disposições e detalhamentos sobre a gestão e a fiscalização da avença estarão formalizados nas cláusulas do contrato a ser celebrado.
- 8.6. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**
 - 8.6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
 - 8.6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
 - 8.6.3. Notificar à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
 - 8.6.4. Comunicar à CONTRATADA qualquer alteração no horário de entrega definidos neste termo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 8.6.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 8.6.6. Assegurar o acesso aos funcionários da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais onde os serviços serão prestados.
- 8.6.7. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.
- 8.6.8. Disponibilizar servidor(es) para receber treinamento sobre os sistemas adotados pela CONTRATADA, quando necessário.
- 8.6.9. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.
- 8.6.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.7.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 8.7.2. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços.
- 8.7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.7.4. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 8.7.5. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações.
- 8.7.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 8.7.7. Manter o fiscal do Contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 8.7.8. A CONTRATADA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato, gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo indicado.
- 8.7.9. Vedar a utilização do nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.
- 8.7.10. Vedar a transferência a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 8.7.11. Vedar o caucionamento ou utilização do Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.
- 8.7.12. Vedar a reprodução, divulgação ou utilização em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.
- 8.7.13. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 8.7.14. A CONTRATADA deverá dispor de meio de comunicação para atendimento aos chamados urgentes/emergenciais.
- 8.7.15. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação, incluindo os critérios de habilitação e qualificação, na licitação da própria CONTRATADA.
- 8.7.16. Atender ao que determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas atualizações.
- 8.7.17. Utilizar o Sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal (MPF) para o envio de documentos ao CONTRATANTE, tais como ofícios, faturas, notas fiscais, relatórios, documentos trabalhistas, fiscais, dentre outros;
- 8.7.18. Para a assinatura de documentos (contratos, atas, ordem de serviço, termos aditivos e outros que se façam necessários), também deverá ser utilizado o sistema acima indicado.
- 8.7.19. Tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e/ou trabalhistas quando do término da vigência contratual, seja por motivo de fim do prazo acordado, em que não ocorrerá prorrogação do prazo do contrato, ou por rescisão unilateral ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

amigável por parte da Administração, em até 30 (trinta) dias que antecedem à data final acordada. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato.

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 9.1. O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.
- 9.2. No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:
 - 9.2.1. Realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
 - 9.2.2. Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
 - 9.2.3. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 9.2.4. Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- 9.2.5. Permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;
- 9.2.6. Compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- 9.2.7. Comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;
- 9.2.8. Informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;
- 9.2.9. Anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irreversível, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
- 9.2.10. Não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 9.2.11. Caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
 - 9.2.12. Não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
 - 9.2.13. Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.
- 9.3.** O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.
- 9.4.** A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. DO RECEBIMENTO

- 10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).
- 10.1.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelos fiscais técnicos de operação e de sistema do PR/RS, devidamente designados para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser elaborado Relatório, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega pela Contratada de relatório discriminando os serviços prestados por Órgão usuário dos serviços, relacionando todos os Pedidos de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

Fornecimento por cada Unidade Administrativa vinculada, devendo encaminhar o Relatório ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 10.1.3. O relatório deverá ser entregue no formato MS Excel ou CSV ou, no caso de o relatório ser disponibilizado via Sistema web, deverá ser permitida a sua exportação para uma planilha em igual formato.
- 10.1.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, com a consequente aceitação.
- 10.1.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em Relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
- 10.1.6. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
- 10.1.7. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 10.1.8. O gestor autorizará o recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 10.1.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.2. DA MEDIÇÃO

- 10.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o SLA (Acordo de Nível de Serviço), a ser detalhado no contrato.
- 10.2.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

- 10.2.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 10.2.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 10.2.3. A utilização do SLA não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.3. FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura mensalmente, utilizando o Sistema de Peticionamento Eletrônico (SPE) do MPF, disponível no endereço <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>. Em caso de falha do sistema, a entrega será aceita pelo e-mail prrs-patrimonio@mpf.mp.br. O documento deve ser emitido em nome da **Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (CNPJ: 26.989.715/0028-22)**, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do vencimento.
- 10.3.2. A apresentação da Nota Fiscal, como condição para o início do processo de pagamento, deverá ser instruída com a seguinte documentação:
 - 10.3.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 10.3.2.2. Certificado de Regularidade de FGTS (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 10.3.2.3. Certidão Negativa de Tributos Municipal (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 10.3.2.4. Certidão Negativa de Tributos Estadual (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 10.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 10.3.2.6. Certidão Negativa junto ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;
 - 10.3.2.7. Alternativamente, o CONTRATANTE poderá obter as certidões referidas nos itens 10.6.1, 10.6.2, 10.6.3, 10.6.4 e 10.6.5 por meio eletrônico, via SICAF. Na hipótese de ser identificada alguma restrição ou de a consulta eletrônica não ser possível, caberá à



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

CONTRATADA comprovar sua regularidade perante os órgãos competentes.

- 10.3.3. O CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições legalmente exigíveis.
- 10.3.4. Nos casos em que a nota fiscal discriminar o fornecimento de materiais, os valores destes deverão ser destacados para fins de aplicação das alíquotas de retenção específicas, conforme a legislação tributária pertinente (IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/2009).
- 10.3.5. Poderão ser realizadas **glosas** (deduções) no pagamento em caso de inexecução parcial do objeto.
- 10.3.6. A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao ateste da execução dos serviços pelo Fiscal do Contrato (recebimento provisório) e assinatura de Despacho Conjunto de Pagamento (recebimento definitivo) pelas autoridades competentes, após análise do Gestor do Contrato.
- 10.3.7. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do Recebimento Definitivo, por meio de Ordem Bancária para a conta-corrente indicada pela CONTRATADA.
- 10.3.8. Para todos os efeitos, considera-se a data do pagamento como a data de emissão da respectiva Ordem Bancária.
- 10.3.9. O inadimplemento de qualquer obrigação pela CONTRATADA, incluindo pendências documentais ou a imposição de penalidades, interromperá a contagem do prazo de pagamento. O prazo será reiniciado a partir da data em que a pendência for integralmente sanada.
- 10.3.10. O CONTRATANTE poderá realizar o pagamento parcial, retendo os valores correspondentes a penalidades, glosas ou outras obrigações financeiras impostas à CONTRATADA, sem que tal fato gere direito a acréscimos de qualquer natureza para a CONTRATADA.
- 10.3.11. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365}, I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 10.3.12. A mesma regra se aplica, de forma inversa, para compensar eventuais pagamentos antecipados, em observância ao art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.
- 10.3.13. Havendo subcontratação, nos termos deste instrumento, a emissão das Notas Fiscais será de responsabilidade da empresa CONTRATADA e compreenderá o valor total dos serviços efetivamente prestados.

11. REAJUSTE

- 11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 14/05/2026.
- 11.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado na cláusula anterior, o CONTRATANTE deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 11.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 11.4. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo CONTRATANTE, compete à CONTRATADA solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a CONTRATADA suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia;
- 11.5. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

índice definido na cláusula 12.2.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da CONTRATADA, do percentual a ser reajustado;

- 11.6. Em caso de ausência de manifestação da CONTRATADA sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo CONTRATANTE.
- 11.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE poderá pagar à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 11.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.11. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.
- 11.12. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os CONTRATANTES, a qualquer tempo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

sem motivo justificado;

- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

12.2.4.1.1. ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no item 12.2.4.2;

12.2.4.1.2. ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente, ou de 1% do valor do contrato quando a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

cláusula for de obrigação acessória de valor inestimável, por dia de atraso, até o décimo quinto dia de mora.

12.2.4.2. Multa Sancionatória, após o quinto dia de mora de qualquer obrigação contratual, quando haverá a inexecução do contrato, que poderá configurar as infrações das alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do subitem 12.1 e para as quais serão aplicadas as seguintes multas sancionatórias, com os referidos percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

- a) multa de 15% no caso da alínea “a” do subitem 12.1;
- b) multa de 20% no caso da alínea “b” do subitem 12.1;
- c) multa de 30% no caso da alínea “c” do subitem 12.1;
- d) multa de 10% no caso da alínea “e” do subitem 12.1;

- 12.3. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 12.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/ 2021):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem ao CONTRATANTE;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.14. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 12.15. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS**

data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

- 12.16. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, constando o fundamento legal da punição.
- 12.17. Os recursos referentes às sanções previstas nesta Cláusula serão direcionados ao Sr. Secretário Estadual da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.
- 12.18. A dosimetria da sanção, os direitos e responsabilidades das partes e o rito processual do processo administrativo são os constantes na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, seção I, em 15/09/2023.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO sobre o valor total estimado para a licitação.

13.1.1.1. O percentual de desconto ofertado deverá ser igual ou maior que 1%.

13.1.1.2. O percentual de desconto incidirá sobre todos os insumos do Anexo I
- A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo do Termo de Referência, observando o valor máximo aceitável por item.

13.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.2.1. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.3.1. Para fins de qualificação econômica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

- 13.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Edital.

13.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- 13.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.5.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o atestado deverá dizer respeito a contrato executado com as seguintes características mínimas:

- a) Comprovação de **experiência mínima de 1 (um) ano** do fornecedor na prestação dos serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, não sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

- 13.5.2. A exigência de atestado de capacidade técnica que comprove a prestação de serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual por período mínimo de 1 (um) ano, com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, tem por objetivo demonstrar a capacidade operacional da licitante para executar o objeto contratado, assegurando a adequada gestão logística, a continuidade das operações e a prestação eficiente e segura dos serviços.
- 13.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 13.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 13.5.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

14. ESTIMATIVA DO PREÇO

- 14.1. O valor global estimado para aplicação do desconto corresponde a R\$ 82.593,79 (oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos) conforme o Mapa Comparativo de Preços, Anexo I - B deste Termo de Referência.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o presente exercício.
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes correrão à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

17. ANEXOS

- 17.1. Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo;
- 17.2. Anexo I - B - Mapa Comparativo de Preços;
- 17.3. Anexo I - C - Prova de Conceito (POC);
- 17.4. Anexo I - D - Relação dos Endereços;

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
SEÇÃO DE LOGÍSTICA/PRRS

Assinado eletronicamente

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Matrícula	Nome	Cargo / Função	Lotação
34457	Vinícius Radke Dorneles	Técnico do MPU/Administração	SELOG - PRRS
16813	Wagner Ferreira Valles	Técnico do MPU/Administração	SELOG - PRRS
28230	Alex Alves	Técnico do MPU/Administração	SELOG - PRRS

Assinado com login e senha por VINICIUS RADKE DORNELES, em 22/06/2026 10:53. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave b7df7f7e.5a1eb717.f3b6f91d.96fc84a2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
ANEXO I A

Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo				
Item	Objeto	Qtde	Un	Preço de Referência (Valor máximo Aceitável)
1	Papel A4, sem pauta, medindo 210 mm x 297 mm, cor branca, gramatura 75 g/m2, pacote com 500 folhas	50	und	R\$ 32,25
2	Papel kraft para embrulho — Rolo com 60 cm x 145 m	2	und	R\$ 100,51
3	Bloco de recado autoadesivo, removível, medindo 76 mm x 102 mm, 01 bloco com 100 folhas, multicolorido	50	und	R\$ 6,68
4	Bloco de recado autoadesivo, removível, medindo 38 mm x 51 mm, pacote de 04 blocos com 100 folhas, multicolorido	20	pcte	R\$ 7,24
5	Caixa em papelão para arquivo morto, medindo 34 cm x 13 cm x 24 cm. (Embalagem com 10 unidades)	20	und	R\$ 46,87
6	Caneta esferográfica, escrita grossa (1,0 mm) (1 unidade), tinta azul	300	und	R\$ 0,74
7	Caneta esferográfica, escrita grossa (1,0 mm) (1 unidade), tinta preta	200	und	R\$ 0,70
8	Caneta esferográfica, escrita grossa (1,0 mm) (1 unidade), tinta vermelha	50	und	R\$ 0,75
9	Caneta marca texto, tinta fluorescente à base de água, ponta 4 mm, amarela	50	und	R\$ 1,78
10	Caneta marca texto, tinta fluorescente à base de água, ponta 4 mm, verde	40	und	R\$ 1,72
11	Caneta marcadora de CD/DVD, cor azul	5	und	R\$ 2,66
12	Caneta marcadora de CD/DVD, cor preta	5	und	R\$ 2,83
13	Caneta marcadora para quadro branco, cor azul	5	und	R\$ 2,57
14	Caneta marcadora para quadro branco, cor preta	5	und	R\$ 2,58
15	Caneta marcadora para quadro branco, cor vermelha	5	und	R\$ 2,56
16	Corretivo líquido, à base de água, secagem rápida, atóxico, em embalagem contendo, no mínimo, 18 ml. Validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega	5	und	R\$ 2,92
17	Borracha de vinil para apagar grafite, branca, tamanho mínimo de 2 cm x 4 cm x 1 cm, com capa plástica	5	und	R\$ 3,82
18	Clips metálico, niquelado, n° 2.0, em caixas com 100 unidades	1	cx	R\$ 3,47
19	Clips metálico, niquelado, n° 3.0, em caixas com 50 unidades	1	cx	R\$ 3,71
20	Clips metálico, niquelado, n° 4.0, em caixas com 50 unidades	1	cx	R\$ 3,47
21	Cola plástica líquida branca em acetato de vinila, tubo plástico com 40 g, com tampa aplicadora, atóxica, lavável. Validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega	5	und	R\$ 2,97
22	Cola em bastão, tubo plástico de 8g, lavável atóxica, com regulagem de altura para baixo e para cima, sem solventes, Validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega	10	und	R\$ 3,23

23	Fita adesiva empacotadora, transparente, feita em polipropileno, filme PP e adesivo à base de resina/borracha, medindo 45 mm x 50 m. Pacote com 4 unidades	20	pcte	R\$ 26,38
24	Envelope branco med. 114 mm x 229 mm, 75g/mz (Pacote com 10 unidades)	50	pcte	R\$ 3,67
25	Envelope branco med. 162 mm x 229 mm, 90g/m* (Pacote com 10 unidades)	1	pcte	R\$ 71,92
26	Envelope branco med. 340 mm x 240 mm, 90g/m* (Pacote com 10 unidades)	1	pcte	R\$ 64,73
27	Grampo para grampeador, referência 26/6, galvanizado. Caixa com 5.000 unidades.	1	cx	R\$ 8,91
28	Grampo para grampeador, referência 9/14, galvanizado. Caixa com 5.000 unidades	1	cx	R\$ 38,71
29	Lápis n.º 02, com grafite preto envolvido em corpo cilíndrico de madeira, com no mínimo 7 mm de diâmetro e 170 mm de comprimento.	20	und	R\$ 0,94
30	Apontador para lápis, em metal, com 1 furo.	1	und	R\$ 1,66
31	Envelope branco, sem timbre, medindo 125 mm x 125 mm, com visor em plástico transparente para acondicionamento de CD's. (Pacote com 25 unidades)	1	pcte	R\$ 9,41
32	Copo descartável para água, 200 ml, em pacotes com 100 unidades, fabricado em poliestireno atóxico, de acordo com a Norma ABNT/NBR 14865/2002.	50	pcte	R\$ 6,20
33	Régua em acrílico cristal, milimetrada, com 30 cm.	15	und	R\$ 2,44
34	Etiqueta branca autoadesiva medindo 25,4 mm x 66,7 mm, folha de 10 linhas x 3 colunas. Pacote com 25 folhas.	1	pcte	R\$ 31,60
35	Etiqueta branca autoadesiva, medindo 50,8 mm x 101,6 mm, folha de 5 linhas x 2 colunas. Pacote com 25 folhas.	1	pcte	R\$ 32,28
36	Grampeador pequeno, de grampo 26/6, em aço, cor preta, com base de borracha ou plástica, medindo aproximadamente 14 cm x 4 cm x 5 cm.	10	und	R\$ 10,20
37	Grampeador médio, de grampo 26/6, em aço, cor preta, com base de borracha ou plástica, medindo aproximadamente 21 cm x 9 cm x 5 cm.	5	und	R\$ 29,23
38	Disco compacto (mídia) de CD-R gravável, capacidade 80 min/700 MB, velocidade 52x. Pacote com 50 unidades.	1	pcte	R\$ 58,50
39	Disco compacto (mídia) de DVR-R gravável, capacidade 120 min/4,7 GB, velocidade 16x. Pacote com 50 unidades.	1	pcte	R\$ 58,57
40	Saco plástico, médio, 0,12 MC, tamanho A4, com 4 furos. Pacote com 100 (atual sem furos)	3	pcte	R\$ 40,56
41	Tesoura de uso geral n.ºs 8 a 9, lâmina de aço inox, medindo 19,5 cm a 21 cm, cabo de polipropileno na cor preta, embalagem individual.	20	und	R\$ 18,91
42	Pilha alcalina tipo AAA, embalagem com 04 unidades.	15	emb	R\$ 9,73
43	Pilha alcalina tipo AA, embalagem com 04 unidades	40	emb	R\$ 12,83
44	Filtro para purificador de água, compatível para equipamento Latina, modelo PA 355.	25	und	R\$ 38,31
45	Filtro para purificador de água, compatível para equipamento IBBL, FR 600.	10	und	R\$ 49,32
46	Filtro de papel para cafeteira, tamanho 103. Caixa com 30 unidades.	20	cx	R\$ 5,89
47	Apagador quadro branco com suporte para marcador, base em feltro com corpo em plástico	5	und	R\$ 14,07
48	Pincel atômico, tinta à base de álcool, ponta de feltro chanfrado com espessura de escrita de 8mm, cor preta.	2	und	R\$ 5,04

49	Pincel atômico, tinta à base de álcool, ponta de feltro chanfrado com espessura de escrita de 8mm, cor vermelha.	5	und	R\$ 5,29
50	Espiral plástica para encadernação, cor preta, 12 mm, embalagem com 100 unidades.	1	emb	R\$ 29,10
51	Estilete para uso diverso, corpo em plástico, medindo 13,2 cm, lâminas estreitas em aço inox de alta resistência, medindo 8 cm x 9 mm, com pontas renováveis em aço carbono com tratamento antiferrugem e trava de segurança.	20	und	R\$ 4,48
52	Papel vergê, tamanho A4, 180g/m2, cor branca, pacote com 50 folhas.	5	pcte	R\$ 16,20
53	Pasta plástica transparente, com aba e elástico, medindo 235 mm x 350 mm.	15	und	R\$ 7,04
54	Prancheta tamanho ofício, acrílico, poliestireno, com capacidade para 100 folhas, medindo 235 mm x 350 mm x 35 mm, cor fumê.	5	und	R\$ 19,93
55	Bloco de papel flip-chart, medindo 63 cm x 80 cm, com 50 folhas.	1	und	R\$ 50,98
56	Bobina de plástico bolha, transparente, medindo 1,30 m x 100 m.	1	und	R\$ 104,95
57	Bandeira oficial do Estado do Rio Grande do Sul - em tecido 100% poliéster, medindo 0,9 m x 1,28 m, 2 panos, com costuras reforçadas.	3	und	R\$ 112,86
58	Bandeira oficial do Brasil - em tecido 100% poliéster, medindo 0,9 m x 1,28 m, 2 panos, com costuras reforçadas.	3	und	R\$ 128,80
59	Disco Blu-Ray gravável, memória 270 min/25 GB, velocidade 1x — 6x.	5	und	R\$ 50,45
60	Envelope pardo, med. 260 mm x 360 mm, 75g (Pacote com 100 unidades)	1	pcte	R\$ 79,96
61	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço inox, com 14,5 cm.	20	und	R\$ 7,51
62	Espiral plástico para encadernação, cor preta, 33 mm. (embalagem com 12 unidades)	1	emb	R\$ 21,62
63	Apoio ergonômico para os pés — Base confeccionada em plástico de alta resistência e antiderrapante, cor preta, com bordas arredondadas, medindo aproximadamente 29cm x 49cm, inclinação ajustável; Estrutura metálica com sapatas antiderrapantes; Em conformidade com a NR17.	10	und	R\$ 74,41
64	Suporte monitor LCD, características adicionais: antiderrapante, ergonômico, ajustável , material base: plástico	20	und	R\$ 61,59
65	Cesto de lixo plástico, com 29 cm de altura, capacidade de 13 litros, cor preta, sem tampa.	5	und	R\$ 18,30
66	Álcool tipo gel, sanitizante, concentração 70%, inodoro, 800 g. Validade de no mínimo 20 meses a contar da data da entrega.	1	und	R\$ 21,91
67	Unidade de purificação original Refil IBBL Avanti para os Purificadores IBBL — código produto 24010004	20	und	R\$ 38,50
68	Garrafa térmica com mecanismo de pressão, 1 litro, cor preta, lisa e sem estampa, conservação da temperatura por no mínimo 6 horas.	30	und	R\$ 51,38
69	Garrafa térmica com mecanismo de pressão, de 1,8 a 2 litros, cor preta, lisa sem estampa, conservação da temperatura por no mínimo 6 horas.	20	und	R\$ 84,77
70	Açucareiro em aço inox com tampa, redondo, com colher, sem emendas nos fundos ou nas laterais, medindo aprox. 9,5 x 7,5cm (L x A).	15	und	R\$ 22,83
71	Garfo de mesa em aço inox, comprimento aproximado 18,7cm, lâmina e cabo monobloco, ou seja, em uma única peça.	200	und	R\$ 3,18
72	Cartucho tipo toner, referência 44917601, para impressora Okidata, modelo B431DN. Durabilidade: 10.000 páginas. Garantia mínima contra defeitos de fabricação: 90 dias. Prazo de validade de, no mínimo, 10 (dez) meses, impresso na embalagem, a contar da data de entrega do produto.	5	und	R\$ 73,63
73	Cilindro de imagem, referência 44574301, para impressora Okidata, modelo B431DN. Durabilidade: 25.000 páginas. Garantia mínima contra defeitos de fabricação: 90 dias. Prazo de validade de, no mínimo, 10 (dez) meses, impresso na embalagem, a contar da data de entrega do produto.	5	und	R\$ 287,63
74	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 16 GB, conexão USB 3.0.	25	und	R\$ 34,54

75	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 32 GB, conexão USB 3.0.	20	und	R\$ 44,46
76	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 64 GB, conexão USB 3.0	10	und	R\$ 56,50
77	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 128 GB, conexão USB 3.0.	5	und	R\$ 106,02
78	Pendrive com capacidade de armazenamento de 256 GB, interface USB 3.0 ou superior, conector Tipo A (padrão). - Velocidade de leitura mínima de 100 MB/s - Velocidade de gravação mínima de 40MB/s	5	und	R\$ 225,73
79	Cabo Adaptador Displayport 3 em 1 (HDMI DVI VGA)	20	und	R\$ 54,60
80	Cabo Adaptador HDMI para VGA	20	und	R\$ 17,09
81	Cabo HDMI 2,0 ultrahd 4K 20 metros	5	und	R\$ 120,67
82	WebCam - 16MP de resolução (interpolado), Botão Snap Shot para tirar fotos, Led noturno, ideal para ambientes com pouca iluminação, Microfone Usb (não requer conector para o microfone), Plug e play: não precisa instalar driver, Clipe para monitor de Lcd, Lente de vidro de 2 camadas, Compatível com Windows 2000/Xp/Vista/Win 7 ou superior, Conexão Usb 1.1 e 2.0.	20	und	R\$ 118,23
83	Headset Biauricular para computadores - Deve ter plug P2 3,5mm estéreo ou USB; Deverá ser predominantemente da cor preta ou cinza; Deverá ser compatível com Microsoft Windows 7, 8 e 10; Deverá possuir alça para uso sobre a cabeça; Deverá possuir haste flexível para ajuste de microfone; Deverá ser biauricular; O fone deverá possuir protetor auricular almofadado; Comprimento do cabo de no mínimo 1,8 metros; Resposta Frequência 20.000Hz; Impedância nominal: 32 Ohms; Sensibilidade (headphone): 100db-r/-3dB; Garantia mínima de 1 ano; Modelos de referência: Headset Logitech H111 Estéreo; Headset Genius (HS-04S), Headset C3 Tech Gamer Predator Preto — MI-2558RB	20	und	R\$ 111,31
84	Protetor Eletrônico (Filtro de Linha) 1. Características Elétricas e Construção - Quantidade de Tomadas: Mínimo de 04 (quatro) tomadas de saída. - Padrão das Tomadas: NBR 14136 (Padrão Brasileiro de 3 pinos: Fase, Neutro e Terra). - Tensão de Entrada/Saída: Bivolt automático (127V / 220V). - Tensão de saída deve ser igual a tensão de entrada. - Capacidade de Potência: Mínimo de 1000W (em 127V) e 1700W (em 220V). - Corrente Máxima: 10A. 2. Cabo e Conectividade - Comprimento do Cabo: Mínimo de 3 (três) metros. - Tipo de Cabo: Cabo flexível tripolar (2P+T). 3. Elementos de Proteção (O Diferencial Técnico) - Proteção contra Surtos: Proteção contra picos de tensão. - Interruptor: Chave liga/desliga. - Fusível ou sistema de proteção térmica automática (rearmável).	15	und	R\$ 92,39
85	Unidade de Armazenamento de Estado Sólido (SSD Sata III 240 GB) 1. Capacidade e Interface - Capacidade Nominal: 240 GB (mínimo). - Interface: SATA III (6 Gb/s). - Fator de Forma: 2,5 polegadas. 2. Desempenho (Mínimos Exigidos) - Velocidade de Leitura Sequencial: Mínimo de 500 MB/s. - Velocidade de Gravação Sequencial: Mínimo de 400 MB/s. 3. Confiabilidade e Durabilidade (Crucial para Licitação) - Tecnologia de Memória: Flash NAND (preferencialmente TLC ou superior). - MTBF (Tempo Médio Entre Falhas): Mínimo de 1.000.000 de horas. 4. Compatibilidade - Sistema Operacional: Windows 11. - Resistência a Choque: Mínimo de 1500G/0.5ms.	5	und	R\$ 350,49
86	Unidade de Armazenamento SSD NVMe M.2 256 GB 1. Interface e Formato - Capacidade Nominal: 256 GB (mínimo). - Interface: PCIe NVMe Gen 3.0 x4 (mínimo). - Fator de Forma: M.2 2280 (22mm de largura por 80mm de comprimento). - Protocolo: NVMe 1.3 ou superior. 2. Desempenho (Mínimos Exigidos) - Velocidade de Leitura: Mínimo de 2.000 MB/s. - Velocidade de Gravação: Mínimo de 1.000 MB/s. 3. Confiabilidade e Tecnologia - MTBF (Tempo Médio Entre Falhas): Mínimo de 1.500.000 horas.	5	und	R\$ 389,21
87	Bateria Lithium CR2032 3V (embalagem com 5 unidades) - Modelo de Referência: CR2032 - Tensão de 3V - Química: Lítio	10	emb	R\$ 14,97
88	Disco Rígido Externo Portátil (HDD 2TB) 1. Capacidade e Interface - Capacidade Nominal: 2.000 GB (2 TB). - Interface de Conexão: USB 3.0 ou superior (3.1 Gen 1 / 3.2 Gen 1). - Taxa de Transferência de Dados: Mínimo de 4,8 Gbps (largura de banda da interface). - Alimentação: Diretamente via barramento USB (Bus Powered), dispensando fontes de alimentação externas. 2. Desempenho e Compatibilidade - Compatibilidade de Sistema: Windows 11. - Plug & Play: Reconhecimento automático pelo sistema operacional sem necessidade de instalação de drivers externos. 3. Características Físicas e Construção - Formato (Fator de Forma): 2,5 polegadas (modelo de bolso/portátil). - Cabo de Dados: Deve acompanhar cabo USB original de fábrica, com comprimento mínimo de 30 cm.	3	und	R\$ 617,94

89	<p>Disco Rígido Externo Portátil (HDD 4TB)</p> <p>1. Capacidade e Interface</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade Nominal: 4.000 GB (4 TB). - Interface: USB 3.0 ou superior (compatível com USB 3.1 Gen 1 / 3.2 Gen 1). - Taxa de Transferência de Dados: Mínimo de 4,8 Gbps (largura de banda da interface). <p>2. Desempenho e Compatibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação: Barramento USB (Bus Powered), não necessitando de fonte de alimentação externa (tomada). - Compatibilidade de Sistema: Windows 11. - Plug & Play: Reconhecimento automático pelo sistema operacional sem necessidade de instalação de drivers externos. <p>3. Características Físicas e Construção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato (Fator de Forma): 2,5 polegadas (modelo de bolso/portátil). - Cabo de Dados: Deve acompanhar cabo USB original de fábrica, com comprimento mínimo de 30 cm. 	3	und	R\$ 1.060,30
90	<p>Cabo Adaptador de Áudio Splitter "Y" (P3 X P2) Finalidade: Conectar headsets com conector único (P3) em computadores/notebooks que possuem entradas separadas para fone e microfone (P2).</p>	80	und	R\$ 12,38
91	<p>Cabo de Manobra (Patch Cord) Cat.6 (2,5 metros)</p> <p>1. Construção e Material</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cor: azul - Categoria: Cat.6. - Comprimento: 2,5 metros. - Condutores: 100% Cobre, flexível. - Bitola do Condutor: Mínimo de 24 AWG. - Capa Externa: PVC retardante a chama (classificação CM ou CMX ou LSZH). <p>2. Conectores e Acabamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as extremidades. - Material do Contato: Bronze fosforoso com banho de ouro. - Montagem: Terminação de fábrica (industrializada), com botas (boots) injetadas no mesmo material da capa do cabo para proteção da trava do conector (anti-fricção) e alívio de tensão. - Padrão de Pinagem: T568A ou T568B <p>3. Desempenho e Frequência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Largura de Banda: Suporte a frequências de até 250 MHz. - Velocidade de Transmissão: Compatível com 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet). <p>4. Normatização e Certificações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Homologação: Obrigatoriedade de homologação ativa na ANATEL (o número da homologação deve constar na capa do cabo ou na embalagem) 	10	und	R\$ 24,81
92	<p>Cabo de Manobra (Patch Cord) Cat.6 (5 metros)</p> <p>1. Construção e Material</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cor: azul - Categoria: Cat.6. - Comprimento: 5 metros. - Condutores: 100% Cobre, flexível. - Bitola do Condutor: Mínimo de 24 AWG. - Capa Externa: PVC retardante a chama (classificação CM ou CMX ou LSZH). <p>2. Conectores e Acabamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as extremidades. - Material do Contato: Bronze fosforoso com banho de ouro. - Montagem: Terminação de fábrica (industrializada), com botas (boots) injetadas no mesmo material da capa do cabo para proteção da trava do conector (anti-fricção) e alívio de tensão. - Padrão de Pinagem: T568A ou T568B <p>3. Desempenho e Frequência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Largura de Banda: Suporte a frequências de até 250 MHz. - Velocidade de Transmissão: Compatível com 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet). <p>4. Normatização e Certificações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Homologação: Obrigatoriedade de homologação ativa na ANATEL (o número da homologação deve constar na capa do cabo ou na embalagem) 	10	und	R\$ 41,67
93	<p>Café em pó, torrado e moído, empacotado a vácuo, certificado pela ABIC, em embalagem de 500 g.</p>	685	und	R\$ 35,44
94	<p>Açúcar refinado, branco, em embalagem plástica de 1 kg.</p>	400	und	R\$ 4,50
95	<p>Chá de Frutas Vermelhas, sachês de 13g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês</p>	180	cx	R\$ 6,22
96	<p>Chá de Camomila, sachês de 10g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês.</p>	180	cx	R\$ 5,40
97	<p>Chá de Hortelã, sachês de 10g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês.</p>	180	cx	R\$ 5,31
98	<p>Chá de Erva Cidreira, sachês de 10g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês.</p>	150	cx	R\$ 4,87
99	<p>Chá Verde, sachês de 13g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês.</p>	60	cx	R\$ 5,04
100	<p>Biscoito salgado, tipo água e sal, embalagem de 200g.</p>	60	emb	R\$ 4,05
101	<p>Biscoito doce, tipo tortinhas, sabores morango e chocolate, embalagem de 160g.</p>	100	emb	R\$ 3,34
102	<p>Barra de cereal, opção de três sabores, embalagem individual de 22g. Caixa com 24 unidades.</p>	35	cx	R\$ 29,96

103	Adoçante dietético, líquido, à base de ciclamato, embalagem de 100 ml com bico dosador.	60	und	R\$ 4,87
104	Biscoito doce, tipo maisena, embalagem de 10g. Caixa com 200 unidades.	3	cx	R\$ 87,45
105	Chá de Cidreira com Laranja e Limão, sachês de 16g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	150	cx	R\$ 8,82
106	Chá de Erva Doce, sachês de 24g, embalados separadamente. Caixa com 15 sachês.	160	cx	R\$ 4,56
107	Chá de Maçã com canela, sachês de 20g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	180	cx	R\$ 5,46
108	Chá de Morango, sachês de 16g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	150	cx	R\$ 8,47
109	Chá Preto, sachês de 16g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	180	cx	R\$ 3,66
110	Biscoito salgado, tipo cream Cracker, embalagem de 10g. Caixa com 200 unidades.	3	cx	R\$ 84,57
111	Biscoito doce, tipo amanteigado, sabores chocolate e leite, embalagem de 8,6g. Caixa com 200 unidades.	3	cx	R\$ 84,39
112	Chaleira tipo elétrica, com capacidade de 1,8 litros, em aço inox e plástico, potência 1200W/1800W, tensão 220V, medindo 21x16x24cm.	7	und	R\$ 117,57
113	Papel A3, 75g, pacote 500 folhas	1	pcte	R\$ 73,03
114	Ímã para quadro magnético redondo, 8mm, pacote 20 unidades	5	pcte	R\$ 12,50
115	Fita adesiva, 12mm x 50m, transparente, pacote 6 unidades	5	pcte	R\$ 12,57
116	Fita crepe, 18mm x 50m, pacote 6 unidades	5	pcte	R\$ 33,95
117	Fita crepe, 48mm x 50m, pacote 2 unidades	20	pcte	R\$ 31,12
118	Lâmpada Led, 9 Watts, 6500K, branca	50	und	R\$ 8,91
119	Lâmpada Led, 12 Watts, 6500k, branca	10	und	R\$ 11,71
120	Lâmpada Led, 15 Watts, 6500k, branca	30	und	R\$ 16,57
121	Lâmpada tubo LED T5 55cm 9W 4000K	10	und	R\$ 23,29

Anexo I - B - MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

	MAPA SINTÉTICO														
Item	DESCRIÇÃO	Quantidade (Unidades)	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Preço 4 (Contrato vigente)	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	nova MÉDIA (após exclusão valores discrepantes)	PREÇO DE REFERÊNCIA TOTAL		
1															
Subitem OU item			Valor	Valor	Valor	Valor							Valor Unitário (máximo aceitável)	Valor Total Anual (máximo aceitável)	Justificativa
1	Papel A4, sem pauta, medindo 210 mm x 297 mm, cor branca, gramatura 75 g/m2, pacote com 500 folhas	50	R\$ 32,90	R\$ 32,99	R\$ 32,90	R\$ 30,22	R\$ 32,25	R\$ 1,17	3,64%	R\$ 31,08	R\$ 33,42		R\$ 32,25	R\$ 1.612,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
2	Papel kraft para embrulho — Rolo com 60 cm x 145 m	2	R\$ 101,85	R\$ 111,86	R\$ 100,00	R\$ 88,34	R\$ 100,51	R\$ 8,35	8,31%	R\$ 92,16	R\$ 108,86		R\$ 100,51	R\$ 201,02	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
3	Bloco de recado autoadesivo, removível, medindo 76 mm x 102 mm, 01 bloco com 100 folhas, multicolorido	50	R\$ 7,42	R\$ 6,80	R\$ 6,60	R\$ 5,91	R\$ 6,68	R\$ 0,54	8,07%	R\$ 6,14	R\$ 7,22		R\$ 6,68	R\$ 334,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
4	Bloco de recado autoadesivo, removível, medindo 38 mm x 51 mm, pacote de 04 blocos com 100 folhas, multicolorido	20	R\$ 7,59	R\$ 7,45	R\$ 6,99	R\$ 6,94	R\$ 7,24	R\$ 0,28	3,90%	R\$ 6,96	R\$ 7,52		R\$ 7,24	R\$ 144,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
5	Caixa em papelão para arquivo morto, medindo 34 cm x 13 cm x 24 cm. (10 unidades)	20	R\$ 44,02	R\$ 44,09	R\$ 54,00	R\$ 45,35	R\$ 46,87	R\$ 4,15	8,86%	R\$ 42,72	R\$ 51,02		R\$ 46,87	R\$ 937,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
6	Caneta esferográfica, escrita grossa (1,0 mm) (1 unidade), tinta azul	300	R\$ 0,79	R\$ 0,78	R\$ 0,80	R\$ 0,57	R\$ 0,74	R\$ 0,10	12,91%	R\$ 0,64	R\$ 0,84		R\$ 0,74	R\$ 222,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
7	Caneta esferográfica, escrita grossa (1,0 mm) (1 unidade), tinta preta	200	R\$ 0,80	R\$ 0,61	R\$ 0,79	R\$ 0,59	R\$ 0,70	R\$ 0,10	13,97%	R\$ 0,60	R\$ 0,80		R\$ 0,70	R\$ 140,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
8	Caneta esferográfica, escrita grossa (1,0 mm) (1 unidade), tinta vermelha	50	R\$ 0,79	R\$ 0,79	R\$ 0,80	R\$ 0,60	R\$ 0,75	R\$ 0,08	11,18%	R\$ 0,67	R\$ 0,83		R\$ 0,75	R\$ 37,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
9	Caneta marca texto, tinta fluorescente à base de água, ponta 4 mm, amarela	50	R\$ 1,90	R\$ 1,99	R\$ 1,69	R\$ 1,52	R\$ 1,78	R\$ 0,18	10,29%	R\$ 1,60	R\$ 1,96		R\$ 1,78	R\$ 89,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
10	Caneta marca texto, tinta fluorescente à base de água, ponta 4 mm, verde	40	R\$ 1,69	R\$ 1,90	R\$ 1,69	R\$ 1,58	R\$ 1,72	R\$ 0,12	6,74%	R\$ 1,60	R\$ 1,84		R\$ 1,72	R\$ 68,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

11	Caneta marcadora de CD/DVD, cor azul	5	R\$ 3,00	R\$ 2,76	R\$ 2,59	R\$ 2,27	R\$ 2,66	R\$ 0,27	9,99%	R\$ 2,39	R\$ 2,93		R\$ 2,66	R\$ 13,30	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
12	Caneta marcadora de CD/DVD, cor preta	5	R\$ 2,79	R\$ 2,90	R\$ 3,20	R\$ 2,44	R\$ 2,83	R\$ 0,27	9,60%	R\$ 2,56	R\$ 3,10		R\$ 2,83	R\$ 14,15	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
13	Caneta marcadora para quadro branco, cor azul	5	R\$ 2,40	R\$ 2,95	R\$ 2,50	R\$ 2,44	R\$ 2,57	R\$ 0,22	8,59%	R\$ 2,35	R\$ 2,79		R\$ 2,57	R\$ 12,85	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
14	Caneta marcadora para quadro branco, cor preta	5	R\$ 2,45	R\$ 2,95	R\$ 2,50	R\$ 2,42	R\$ 2,58	R\$ 0,22	8,35%	R\$ 2,36	R\$ 2,80		R\$ 2,58	R\$ 12,90	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
15	Caneta marcadora para quadro branco, cor vermelha	5	R\$ 2,45	R\$ 2,50	R\$ 2,74	R\$ 2,53	R\$ 2,56	R\$ 0,11	4,32%	R\$ 2,45	R\$ 2,67		R\$ 2,56	R\$ 12,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
16	Corretivo líquido, à base de água, secagem rápida, atóxico, em embalagem contendo, no mínimo, 18 ml. Validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega	5	R\$ 3,50	R\$ 2,99	R\$ 2,79	R\$ 2,38	R\$ 2,92	R\$ 0,40	13,80%	R\$ 2,52	R\$ 3,32		R\$ 2,92	R\$ 14,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
17	Borracha de vinil para apagar grafite, branca, tamanho mínimo de 2 cm x 4 cm x 1 cm, com capa plástica	5	R\$ 4,28	R\$ 3,79	R\$ 3,40	R\$ 3,80	R\$ 3,82	R\$ 0,31	8,17%	R\$ 3,51	R\$ 4,13		R\$ 3,82	R\$ 19,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
18	Clips metálico, niquelado, nº 2.0, em caixas com 100 unidades	1	R\$ 3,49	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 3,38	R\$ 3,47	R\$ 0,05	1,46%	R\$ 3,42	R\$ 3,52		R\$ 3,47	R\$ 3,47	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
19	Clips metálico, niquelado, nº 3.0, em caixas com 50 unidades	1	R\$ 3,90	R\$ 3,40	R\$ 3,90	R\$ 3,64	R\$ 3,71	R\$ 0,21	5,61%	R\$ 3,50	R\$ 3,92		R\$ 3,71	R\$ 3,71	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
20	Clips metálico, niquelado, nº 4.0, em caixas com 50 unidades	1	R\$ 3,39	R\$ 3,49	R\$ 3,90	R\$ 3,09	R\$ 3,47	R\$ 0,29	8,35%	R\$ 3,18	R\$ 3,76		R\$ 3,47	R\$ 3,47	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
21	Cola plástica líquida branca em acetato de vinila, tubo plástico com 40 g, com tampa aplicadora, atóxica, lavável. Validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega	5	R\$ 2,99	R\$ 2,98	R\$ 2,70	R\$ 3,20	R\$ 2,97	R\$ 0,18	5,98%	R\$ 2,79	R\$ 3,15		R\$ 2,97	R\$ 14,85	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
22	Cola em bastão, tubo plastico de 8g, lavável atóxica, com regulagem de altura para baixo e para cima, sem solventes, Validade de no mínimo 12 meses a contar da data da entrega	10	R\$ 3,49	R\$ 3,10	R\$ 3,80	R\$ 2,54	R\$ 3,23	R\$ 0,47	14,57%	R\$ 2,76	R\$ 3,70		R\$ 3,23	R\$ 32,30	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
23	Fita adesiva empacotadora, transparente, feita em polipropileno, filme PP e adesivo à base de resina/borracha, medindo 45 mm x 50 m. Pacote com 4 unidades	20	R\$ 28,40	R\$ 28,35	R\$ 28,90	R\$ 19,88	R\$ 26,38	R\$ 3,76	14,25%	R\$ 22,62	R\$ 30,14		R\$ 26,38	R\$ 527,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
24	Envelope branco med. 114 mm x 229 mm, 75g. (Pacote com 10 unidades)	50	R\$ 3,50	R\$ 3,90	R\$ 3,99	R\$ 3,27	R\$ 3,67	R\$ 0,29	7,99%	R\$ 3,38	R\$ 3,96		R\$ 3,67	R\$ 183,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
25	Envelope branco med. 162 mm x 229 mm, 75g. (Pacote com 250 unidades)	1	R\$ 69,90	R\$ 71,87	R\$ 79,57	R\$ 66,33	R\$ 71,92	R\$ 4,84	6,74%	R\$ 67,08	R\$ 76,76		R\$ 71,92	R\$ 71,92	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
26	Envelope branco med. 340 mm x 240 mm, 75g. (Pacote com 100 unidades)	1	R\$ 66,80	R\$ 69,44	R\$ 57,94	-	R\$ 64,73	R\$ 4,92	7,60%	R\$ 59,81	R\$ 69,65		R\$ 64,73	R\$ 64,73	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
27	Grampo para grampeador, referência 26/6, galvanizado. Caixa com 5.000 unidades.	1	R\$ 8,99	R\$ 9,59	R\$ 9,90	R\$ 7,16	R\$ 8,91	R\$ 1,06	11,92%	R\$ 7,85	R\$ 9,97		R\$ 8,91	R\$ 8,91	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

28	Grampo para grampeador, referência 9/14, galvanizado. Caixa com 5.000 unidades	1	R\$ 39,90	R\$ 39,90	R\$ 37,09	R\$ 37,95	R\$ 38,71	R\$ 1,23	3,17%	R\$ 37,48	R\$ 39,94		R\$ 38,71	R\$ 38,71	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
29	Lápis n.º 02, com grafite preto envolvido em corpo cilíndrico de madeira, com no mínimo 7 mm de diâmetro e 170 mm de comprimento.	20	R\$ 0,89	R\$ 0,95	R\$ 1,00	R\$ 0,90	R\$ 0,94	R\$ 0,04	4,67%	R\$ 0,90	R\$ 0,98		R\$ 0,94	R\$ 18,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
30	Apontador para lápis, em metal, com 1 furo.	1	R\$ 1,90	R\$ 1,80	R\$ 1,50	R\$ 1,43	R\$ 1,66	R\$ 0,20	11,88%	R\$ 1,46	R\$ 1,86		R\$ 1,66	R\$ 1,66	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
31	Envelope branco, sem timbre, medindo 125 mm x 125 mm, com visor em plástico transparente para acondicionamento de CD's. (Pacote com 25 unidades)	1	R\$ 9,49	R\$ 9,49	R\$ 9,78	R\$ 8,88	R\$ 9,41	R\$ 0,33	3,49%	R\$ 9,08	R\$ 9,74		R\$ 9,41	R\$ 9,41	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
32	Copo descartável para água, 200 ml, em pacotes com 100 unidades, fabricado em poliestireno atóxico, de acordo com a Norma ABNT/NBR 14865/2002.	50	R\$ 6,03	R\$ 6,29	R\$ 6,69	R\$ 5,79	R\$ 6,20	R\$ 0,33	5,38%	R\$ 5,87	R\$ 6,53		R\$ 6,20	R\$ 310,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
33	Régua em acrílico cristal, milimetrada, com 30 cm.	15	R\$ 2,42	R\$ 2,29	R\$ 2,60	-	R\$ 2,44	R\$ 0,13	5,21%	R\$ 2,31	R\$ 2,57		R\$ 2,44	R\$ 36,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
34	Etiqueta branca autoadesiva medindo 25,4 mm x 66,7 mm, folha de 10 linhas x 3 colunas. Pacote com 25 folhas.	1	R\$ 31,60	R\$ 31,60	R\$ 31,60	-	R\$ 31,60	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 31,60	R\$ 31,60		R\$ 31,60	R\$ 31,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
35	Etiqueta branca autoadesiva, medindo 50,8 mm x 101,6 mm, folha de 5 linhas x 2 colunas. Pacote com 25 folhas.	1	R\$ 33,70	R\$ 33,50	R\$ 33,46	R\$ 28,45	R\$ 32,28	R\$ 2,21	6,85%	R\$ 30,07	R\$ 34,49		R\$ 32,28	R\$ 32,28	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
36	Grampeador pequeno, de grampo 26/6, em aço, cor preta, com base de borracha ou plástica, medindo aproximadamente 14 cm x 4 cm x 5 cm.	10	R\$ 10,62	R\$ 10,20	R\$ 10,90	R\$ 9,06	R\$ 10,20	R\$ 0,70	6,87%	R\$ 9,50	R\$ 10,90		R\$ 10,20	R\$ 102,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
37	Grampeador médio, de grampo 26/6, em aço, cor preta, com base de borracha ou plástica, medindo aproximadamente 21 cm x 9 cm x 5 cm.	5	R\$ 29,90	R\$ 27,90	R\$ 29,90	-	R\$ 29,23	R\$ 0,94	3,23%	R\$ 28,29	R\$ 30,17		R\$ 29,23	R\$ 146,15	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
38	Disco compacto (mídia) de CD-R gravável, capacidade 80 min/700 MB, velocidade 52x. Pacote com 50 unidades.	1	R\$ 57,80	R\$ 59,90	R\$ 57,80	-	R\$ 58,50	R\$ 0,99	1,69%	R\$ 57,51	R\$ 59,49		R\$ 58,50	R\$ 58,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
39	Disco compacto (mídia) de DVR-R gravável, capacidade 120 min/4,7 GB, velocidade 16x. Pacote com 50 unidades.	1	R\$ 55,80	R\$ 61,90	R\$ 58,00	-	R\$ 58,57	R\$ 2,52	4,31%	R\$ 56,05	R\$ 61,09		R\$ 58,57	R\$ 58,57	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
40	Saco plástico, médio, 0,12 MC, tamanho A4, com 4 furos. Pacote com 100 (atual sem furos)	3	R\$ 42,90	R\$ 38,90	R\$ 43,90	R\$ 36,54	R\$ 40,56	R\$ 2,98	7,35%	R\$ 37,58	R\$ 43,54		R\$ 40,56	R\$ 121,68	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
41	Tesoura de uso geral n.ºs 8 a 9, lâmina de aço inox, medindo 19,5 cm a 21 cm, cabo de polipropileno na cor preta, embalagem individual.	20	R\$ 19,80	R\$ 21,90	R\$ 19,30	R\$ 14,65	R\$ 18,91	R\$ 2,65	14,00%	R\$ 16,26	R\$ 21,56		R\$ 18,91	R\$ 378,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
42	Pilha alcalina tipo AAA, embalagem com 04 unidades.	15	R\$ 9,90	R\$ 9,24	R\$ 10,27	R\$ 9,52	R\$ 9,73	R\$ 0,39	4,00%	R\$ 9,34	R\$ 10,12		R\$ 9,73	R\$ 145,95	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
43	Pilha alcalina tipo AA, embalagem com 04 unidades	40	R\$ 13,00	R\$ 12,21	R\$ 13,90	R\$ 12,20	R\$ 12,83	R\$ 0,70	5,45%	R\$ 12,13	R\$ 13,53		R\$ 12,83	R\$ 513,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
44	Filtro para purificador de água, compatível para equipamento Latina, modelo PA 355.	25	R\$ 38,86	R\$ 38,29	R\$ 37,77	-	R\$ 38,31	R\$ 0,45	1,16%	R\$ 37,86	R\$ 38,76		R\$ 38,31	R\$ 957,75	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

45	Filtro para purificador de água, compatível para equipamento IBBL, FR 600.	10	R\$ 50,99	R\$ 49,00	R\$ 47,98	-	R\$ 49,32	R\$ 1,25	2,53%	R\$ 48,07	R\$ 50,57		R\$ 49,32	R\$ 493,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
46	Filtro de papel para cafeteira, tamanho 103. Caixa com 30 unidades.	20	R\$ 6,00	R\$ 5,90	R\$ 5,78	-	R\$ 5,89	R\$ 0,09	1,53%	R\$ 5,80	R\$ 5,98		R\$ 5,89	R\$ 117,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
47	Apagador quadro branco com suporte para marcador, base em feltro com corpo em plástico	5	R\$ 13,00	R\$ 14,31	R\$ 14,90	-	R\$ 14,07	R\$ 0,79	5,64%	R\$ 13,28	R\$ 14,86		R\$ 14,07	R\$ 70,35	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
48	Pincel atômico, tinta à base de álcool, ponta de feltro chanfrado com espessura de escrita de 8mm, cor preta.	2	R\$ 4,99	R\$ 5,29	R\$ 4,98	R\$ 4,90	R\$ 5,04	R\$ 0,15	2,95%	R\$ 4,89	R\$ 5,19		R\$ 5,04	R\$ 10,08	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
49	Pincel atômico, tinta à base de álcool, ponta de feltro chanfrado com espessura de escrita de 8mm, cor vermelha.	5	R\$ 5,29	R\$ 4,98	R\$ 5,99	R\$ 4,90	R\$ 5,29	R\$ 0,43	8,12%	R\$ 4,86	R\$ 5,72		R\$ 5,29	R\$ 26,45	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
50	Espiral plástica para encadernação, cor preta, 12 mm, embalagem com 100 unidades.	1	R\$ 29,90	R\$ 25,90	R\$ 32,09	R\$ 28,52	R\$ 29,10	R\$ 2,24	7,71%	R\$ 26,86	R\$ 31,34		R\$ 29,10	R\$ 29,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
51	Estilete para uso diverso, corpo em plástico, medindo 13,2 cm, lâminas estreitas em aço inox de alta resistência, medindo 8 cm x 9 mm, com pontas renováveis em aço carbono com tratamento antiferrugem e trava de segurança.	20	R\$ 4,99	R\$ 4,28	R\$ 4,90	R\$ 3,74	R\$ 4,48	R\$ 0,51	11,29%	R\$ 3,97	R\$ 4,99		R\$ 4,48	R\$ 89,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
52	Papel vergê, tamanho A4, 180g/m2, cor branca, pacote com 50 folhas.	5	R\$ 17,90	R\$ 15,90	R\$ 16,57	R\$ 14,42	R\$ 16,20	R\$ 1,25	7,74%	R\$ 14,95	R\$ 17,45		R\$ 16,20	R\$ 81,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
53	Pasta plástica transparente, com aba e elástico, medindo 235 mm x 350 mm.	15	R\$ 7,25	R\$ 6,90	R\$ 5,99	R\$ 8,01	R\$ 7,04	R\$ 0,73	10,31%	R\$ 6,31	R\$ 7,77		R\$ 7,04	R\$ 105,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
54	Prancheta tamanho ofício, acrílico, poliestireno, com capacidade para 100 folhas, medindo 235 mm x 350 mm x 35 mm, cor fumê.	5	R\$ 18,49	R\$ 18,70	R\$ 19,98	R\$ 22,53	R\$ 19,93	R\$ 1,61	8,07%	R\$ 18,32	R\$ 21,54		R\$ 19,93	R\$ 99,65	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
55	Bloco de papel flip-chart, medindo 63 cm x 80 cm, com 50 folhas.	1	R\$ 47,39	R\$ 54,90	R\$ 53,00	R\$ 48,63	R\$ 50,98	R\$ 3,08	6,03%	R\$ 47,90	R\$ 54,06		R\$ 50,98	R\$ 50,98	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
56	Bobina de plástico bolha, transparente, medindo 1,30 m x 100 m.	1	R\$ 98,91	R\$ 111,80	R\$ 99,98	R\$ 109,11	R\$ 104,95	R\$ 5,60	5,34%	R\$ 99,35	R\$ 110,55		R\$ 104,95	R\$ 104,95	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
57	Bandeira oficial do Estado do Rio Grande do Sul - em tecido 100% poliéster, medindo 0,9 m x 1,28 m, 2 panos, com costuras reforçadas.	3	R\$ 120,81	R\$ 117,88	R\$ 99,90	-	R\$ 112,86	R\$ 9,24	8,19%	R\$ 103,62	R\$ 122,10		R\$ 112,86	R\$ 338,58	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
58	Bandeira oficial do Brasil - em tecido 100% poliéster, medindo 0,9 m x 1,28 m, 2 panos, com costuras reforçadas.	3	R\$ 132,90	R\$ 139,15	R\$ 139,90	R\$ 103,24	R\$ 128,80	R\$ 15,00	11,65%	R\$ 113,80	R\$ 143,80		R\$ 128,80	R\$ 386,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
59	Disco Blu-Ray gravável, memória 270 min/25 GB, velocidade 1x — 6x.	5	R\$ 53,93	R\$ 48,40	R\$ 49,02	-	R\$ 50,45	R\$ 2,47	4,90%	R\$ 47,98	R\$ 52,92		R\$ 50,45	R\$ 252,25	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
60	Envelope pardo, med. 260 mm x 360 mm, 75g. (Pacote com 100 unidades)	1	R\$ 90,00	R\$ 74,99	R\$ 74,90	-	R\$ 79,96	R\$ 7,10	8,88%	R\$ 72,86	R\$ 87,06		R\$ 79,96	R\$ 79,96	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
61	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço inox, com 14,5 cm.	20	R\$ 7,74	R\$ 7,89	R\$ 6,90	-	R\$ 7,51	R\$ 0,44	5,80%	R\$ 7,07	R\$ 7,95		R\$ 7,51	R\$ 150,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

62	Espiral plástico para encadernação, cor preta, 33 mm. (12 unidades)	1	R\$ 23,49	R\$ 17,50	R\$ 23,49	R\$ 22,00	R\$ 21,62	R\$ 2,46	11,36%	R\$ 19,16	R\$ 24,08		R\$ 21,62	R\$ 21,62	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
63	Apoio ergonômico para os pés — Base confeccionada em plástico de alta resistência e antiderrapante, cor preta, com bordas arredondadas, medindo aproximadamente 29cm x 49cm, inclinação ajustável; Estrutura metálica com sapatas antiderrapantes; Em conformidade com a NR17.	10	R\$ 76,49	R\$ 69,90	R\$ 79,90	R\$ 71,36	R\$ 74,41	R\$ 4,00	5,38%	R\$ 70,41	R\$ 78,41		R\$ 74,41	R\$ 744,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
64	Suporte monitor LCD, características adicionais: antiderrapante, ergonômico, ajustável , material base: plástico	20	R\$ 60,80	R\$ 64,99	R\$ 62,90	R\$ 57,68	R\$ 61,59	R\$ 2,70	4,39%	R\$ 58,89	R\$ 64,29		R\$ 61,59	R\$ 1.231,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
65	Cesto de lixo plástico, com 29 cm de altura, capacidade de 13 litros, cor preta, sem tampa.	5	R\$ 18,91	R\$ 17,48	R\$ 18,85	R\$ 17,97	R\$ 18,30	R\$ 0,60	3,30%	R\$ 17,70	R\$ 18,90		R\$ 18,30	R\$ 91,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
66	Álcool tipo gel, sanitizante, concentração 70%, inodoro, 800 g. Validade de no mínimo 20 meses a contar da data da entrega.	1	R\$ 22,90	R\$ 20,99	R\$ 21,85	-	R\$ 21,91	R\$ 0,78	3,56%	R\$ 21,13	R\$ 22,69		R\$ 21,91	R\$ 21,91	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
67	Unidade de purificação original Refil IBBL Avanti para os Purificadores IBBL — código produto 24010004	20	R\$ 39,90	R\$ 39,60	R\$ 36,01	-	R\$ 38,50	R\$ 1,77	4,59%	R\$ 36,73	R\$ 40,27		R\$ 38,50	R\$ 770,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
68	Garrafa térmica com mecanismo de pressão, 1 litro, cor preta, lisa e sem estampa, conservação da temperatura por no mínimo 6 horas.	30	R\$ 49,90	R\$ 46,90	R\$ 57,35	-	R\$ 51,38	R\$ 4,39	8,55%	R\$ 46,99	R\$ 55,77		R\$ 51,38	R\$ 1.541,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
69	Garrafa térmica com mecânismo de pressão, de 1,8 a 2 litros, cor preta, lisa sem estampa, conservação da temperatura por no mínimo 6 horas.	20	R\$ 88,90	R\$ 79,90	R\$ 85,50	-	R\$ 84,77	R\$ 3,71	4,38%	R\$ 81,06	R\$ 88,48		R\$ 84,77	R\$ 1.695,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
70	Açucareiro em aço inox com tampa, redondo, com colher, sem emendas nos fundos ou nas laterais, medindo aprox. 9,5 x 7,5cm (L x A).	15	R\$ 21,80	R\$ 20,90	R\$ 25,80	-	R\$ 22,83	R\$ 2,13	9,33%	R\$ 20,70	R\$ 24,96		R\$ 22,83	R\$ 342,45	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
71	Garfo de mesa em aço inox, comprimento aproximado 18,7cm, lâmina e cabo monobloco, ou seja, em uma única peça.	200	R\$ 2,99	R\$ 2,99	R\$ 3,56	-	R\$ 3,18	R\$ 0,27	8,45%	R\$ 2,91	R\$ 3,45		R\$ 3,18	R\$ 636,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
72	Cartucho tipo toner, referência 44917601, para impressora Okidata, modelo B431DN. Durabilidade: 10.000 páginas. Garantia mínima contra defeitos de fabricação: 90 dias. Prazo de validade de, no mínimo, 10 (dez) meses, impresso na embalagem, a contar da data de entrega do produto.	5	R\$ 59,59	R\$ 86,33	R\$ 74,96	-	R\$ 73,63	R\$ 10,96	14,88%	R\$ 62,67	R\$ 84,59		R\$ 73,63	R\$ 368,15	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
73	Cilindro de imagem, referência 44574301, para impressora Okidata, modelo B431DN. Durabilidade: 25.000 páginas. Garantia mínima contra defeitos de fabricação: 90 dias. Prazo de validade de, no mínimo, 10 (dez) meses, impresso na embalagem, a contar da data de entrega do produto.	5	R\$ 268,89	R\$ 275,00	R\$ 319,00	-	R\$ 287,63	R\$ 22,32	7,76%	R\$ 265,31	R\$ 309,95		R\$ 287,63	R\$ 1.438,15	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
74	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 16 GB, conexão USB 3.0.	25	R\$ 35,99	R\$ 34,51	R\$ 29,90	R\$ 37,77	R\$ 34,54	R\$ 2,92	8,45%	R\$ 31,62	R\$ 37,46		R\$ 34,54	R\$ 863,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
75	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 32 GB, conexão USB 3.0.	20	R\$ 45,90	R\$ 37,99	R\$ 49,99	R\$ 43,95	R\$ 44,46	R\$ 4,32	9,72%	R\$ 40,14	R\$ 48,78		R\$ 44,46	R\$ 889,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
76	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 64 GB, conexão USB 3.0	10	R\$ 57,00	R\$ 51,90	R\$ 59,90	R\$ 57,21	R\$ 56,50	R\$ 2,89	5,12%	R\$ 53,61	R\$ 59,39		R\$ 56,50	R\$ 565,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
77	Pendrive com capacidade de armazenamento mínima de 128 GB, conexão USB 3.0.	5	R\$ 110,67	R\$ 94,99	R\$ 109,90	R\$ 108,53	R\$ 106,02	R\$ 6,42	6,05%	R\$ 99,60	R\$ 112,44		R\$ 106,02	R\$ 530,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
78	Pendrive com capacidade de armazenamento de 256 GB, interface USB 3.0 ou superior, conector Tipo A (padrão). - Velocidade de leitura mínima de 100 MB/s - Velocidade de gravação mínima de 40MB/s	5	R\$ 199,00	R\$ 208,28	R\$ 269,90	-	R\$ 225,73	R\$ 31,46	13,94%	R\$ 194,27	R\$ 257,19		R\$ 225,73	R\$ 1.128,65	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

79	Cabo Adaptador Displayport 3 em 1 (HDMI DVI VGA)	20	R\$ 49,99	R\$ 59,90	R\$ 53,91	-	R\$ 54,60	R\$ 4,08	7,46%	R\$ 50,52	R\$ 58,68		R\$ 54,60	R\$ 1.092,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
80	Cabo Adaptador HDMI para VGA	20	R\$ 15,89	R\$ 18,28	R\$ 17,09	-	R\$ 17,09	R\$ 0,98	5,71%	R\$ 16,11	R\$ 18,07		R\$ 17,09	R\$ 341,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
81	Cabo HDMI 2,0 ultrahd 4K 20 metros	5	R\$ 132,10	R\$ 118,16	R\$ 111,75	-	R\$ 120,67	R\$ 8,50	7,04%	R\$ 112,17	R\$ 129,17		R\$ 120,67	R\$ 603,35	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
82	WebCam - 16MP de resolução (interpolado), Botão Snap Shot para tirar fotos, Led noturno, ideal para ambientes com pouca iluminação, Microfone Usb (não requer conector para o microfone), Plug e play: não precisa instalar driver, Clipe para monitor de Lcd, Lente de vidro de 2 camadas, Compatível com Windows 2000/Xp/Vista/Win 7 ou superior, Conexão Usb 1.1 e 2.0.	20	R\$ 119,90	R\$ 125,00	R\$ 109,80	-	R\$ 118,23	R\$ 6,32	5,34%	R\$ 111,91	R\$ 124,55		R\$ 118,23	R\$ 2.364,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
83	Headset Biauricular para computadores - Deve ter plug P2 3,5mm estéreo ou USB; Deverá ser predominantemente da cor preta ou cinza; Deverá ser compatível com Microsoft Windows 7, 8 e 10; Deverá possuir alça para uso sobre a cabeça; Deverá possuir haste flexível para ajuste de microfone; Deverá ser biauricular; O fone deverá possuir protetor auricular almofadado; Comprimento do cabo de no mínimo 1,8 metros; Resposta Frequência 20.000Hz; Impedância nominal: 32 Ohms; Sensibilidade (headphone): 100db-r/-3dB; Garantia mínima de 1 ano; Modelos de referência: Headset Logitech H111 Estéreo; Headset Genius (HS-04S), Headset C3 Tech Gamer Predator Preto — MI-2558RB	20	R\$ 115,00	R\$ 120,30	R\$ 103,41	R\$ 106,51	R\$ 111,31	R\$ 6,71	6,02%	R\$ 104,60	R\$ 118,02		R\$ 111,31	R\$ 2.226,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
84	Protetor Eletrônico (Filtro de Linha) 1. Características Elétricas e Construção - Quantidade de Tomadas: Mínimo de 04 (quatro) tomadas de saída. - Padrão das Tomadas: NBR 14136 (Padrão Brasileiro de 3 pinos: Fase, Neutro e Terra). - Tensão de Entrada/Saída: Bivolt automático (127V / 220V). - Tensão de saída deve ser igual a tensão de entrada. - Capacidade de Potência: Mínimo de 1000W (em 127V) e 1700W (em 220V). - Corrente Máxima: 10A. 2. Cabo e Conectividade - Comprimento do Cabo: Mínimo de 3 (três) metros. - Tipo de Cabo: Cabo flexível tripolar (2P+T). 3. Elementos de Proteção (O Diferencial Técnico) - Proteção contra Surtos: Proteção contra picos de tensão. - Interruptor: Chave liga/desliga. - Fusível ou sistema de proteção térmica automática (rearmável).	15	R\$ 85,95	R\$ 92,32	R\$ 98,90	-	R\$ 92,39	R\$ 5,29	5,72%	R\$ 87,10	R\$ 97,68		R\$ 92,39	R\$ 1.385,85	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
85	Unidade de Armazenamento de Estado Sólido (SSD Sata III 240 GB) 1. Capacidade e Interface - Capacidade Nominal: 240 GB (mínimo). - Interface: SATA III (6 Gb/s). - Fator de Forma: 2,5 polegadas. 2. Desempenho (Mínimos Exigidos) - Velocidade de Leitura Sequencial: Mínimo de 500 MB/s. - Velocidade de Gravação Sequencial: Mínimo de 400 MB/s. 3. Confiabilidade e Durabilidade (Crucial para Licitação) - Tecnologia de Memória: Flash NAND (preferencialmente TLC ou superior). - MTBF (Tempo Médio Entre Falhas): Mínimo de 1.000.000 de horas. 4. Compatibilidade - Sistema Operacional: Windows 11. - Resistência a Choque: Mínimo de 1500G/0.5ms.	5	R\$ 349,99	R\$ 369,00	R\$ 332,49	-	R\$ 350,49	R\$ 14,91	4,25%	R\$ 335,58	R\$ 365,40		R\$ 350,49	R\$ 1.752,45	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
86	Unidade de Armazenamento SSD NVMe M.2 256 GB 1. Interface e Formato - Capacidade Nominal: 256 GB (mínimo). - Interface: PCIe NVMe Gen 3.0 x4 (mínimo). - Fator de Forma: M.2 2280 (22mm de largura por 80mm de comprimento). - Protocolo: NVMe 1.3 ou superior. 2. Desempenho (Mínimos Exigidos) - Velocidade de Leitura: Mínimo de 2.000 MB/s. - Velocidade de Gravação: Mínimo de 1.000 MB/s. 3. Confiabilidade e Tecnologia - MTBF (Tempo Médio Entre Falhas): Mínimo de 1.500.000 horas.	5	R\$ 399,99	R\$ 369,60	R\$ 398,05	-	R\$ 389,21	R\$ 13,89	3,57%	R\$ 375,32	R\$ 403,10		R\$ 389,21	R\$ 1.946,05	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
87	Bateria Lithium CR2032 3V (5 unidades) - Modelo de Referência: CR2032 - Tensão de 3V - Química: Lítio	10	R\$ 12,90	R\$ 18,07	R\$ 13,95	-	R\$ 14,97	R\$ 2,23	14,90%	R\$ 12,74	R\$ 17,20		R\$ 14,97	R\$ 149,70	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

88	Disco Rígido Externo Portátil (HDD 2TB) 1. Capacidade e Interface - Capacidade Nominal: 2.000 GB (2 TB). - Interface de Conexão: USB 3.0 ou superior (3.1 Gen 1 / 3.2 Gen 1). - Taxa de Transferência de Dados: Mínimo de 4,8 Gbps (largura de banda da interface). - Alimentação: Diretamente via barramento USB (Bus Powered), dispensando fontes de alimentação externas. 2. Desempenho e Compatibilidade - Compatibilidade de Sistema: Windows 11. - Plug & Play: Reconhecimento automático pelo sistema operacional sem necessidade de instalação de drivers externos. 3. Características Físicas e Construção - Formato (Fator de Forma): 2,5 polegadas (modelo de bolso/portátil). - Cabo de Dados: Deve acompanhar cabo USB original de fábrica, com comprimento mínimo de 30 cm.	3	R\$ 630,90	R\$ 577,00	R\$ 645,91	-	R\$ 617,94	R\$ 29,59	4,79%	R\$ 588,35	R\$ 647,53		R\$ 617,94	R\$ 1.853,82	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
89	Disco Rígido Externo Portátil (HDD 4TB) 1. Capacidade e Interface - Capacidade Nominal: 4.000 GB (4 TB). - Interface: USB 3.0 ou superior (compatível com USB 3.1 Gen 1 / 3.2 Gen 1). - Taxa de Transferência de Dados: Mínimo de 4,8 Gbps (largura de banda da interface). - Alimentação: Barramento USB (Bus Powered), não necessitando de fonte de alimentação externa (tomada). 2. Desempenho e Compatibilidade - Compatibilidade de Sistema: Windows 11. - Plug & Play: Reconhecimento automático pelo sistema operacional sem necessidade de instalação de drivers externos. 3. Características Físicas e Construção - Formato (Fator de Forma): 2,5 polegadas (modelo de bolso/portátil). - Cabo de Dados: Deve acompanhar cabo USB original de fábrica, com comprimento mínimo de 30 cm.	3	R\$ 1.069,00	R\$ 1.025,91	R\$ 1.086,00	-	R\$ 1.060,30	R\$ 25,29	2,39%	R\$ 1.035,01	R\$ 1.085,59		R\$ 1.060,30	R\$ 3.180,90	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
90	Cabo Adaptador de Áudio Splitter "Y" (P3 X P2) Finalidade: Conectar headsets com conector único (P3) em computadores/notebooks que possuem entradas separadas para fone e microfone (P2).	80	R\$ 12,90	R\$ 12,90	R\$ 11,35	-	R\$ 12,38	R\$ 0,73	5,90%	R\$ 11,65	R\$ 13,11		R\$ 12,38	R\$ 990,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
91	Cabo de Manobra (Patch Cord) Cat.6 (2,5 metros) 1. Construção e Material - Cor: azul - Categoria: Cat.6. - Comprimento: 2,5 metros. - Condutores: 100% Cobre, flexível. - Bitola do Condutor: Mínimo de 24 AWG. - Capa Externa: PVC retardante a chama (classificação CM ou CMX ou LSZH). 2. Conectores e Acabamento - Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as extremidades. - Material do Contato: Bronze fosforoso com banho de ouro. - Montagem: Terminação de fábrica (industrializada), com botas (boots) injetadas no mesmo material da capa do cabo para proteção da trava do conector (anti-fricção) e alívio de tensão. - Padrão de Pinagem: T568A ou T568B 3. Desempenho e Frequência - Largura de Banda: Suporte a frequências de até 250 MHz. - Velocidade de Transmissão: Compatível com 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet). 4. Normatização e Certificações - Homologação: Obrigatoriedade de homologação ativa na ANATEL (o número da homologação deve constar na capa do cabo ou na embalagem)	10	R\$ 23,28	R\$ 28,82	R\$ 22,32	-	R\$ 24,81	R\$ 2,86	11,55%	R\$ 21,95	R\$ 27,67		R\$ 24,81	R\$ 248,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
92	Cabo de Manobra (Patch Cord) Cat.6 (5 metros) 1. Construção e Material - Cor: azul - Categoria: Cat.6. - Comprimento: 5 metros. - Condutores: 100% Cobre, flexível. - Bitola do Condutor: Mínimo de 24 AWG. - Capa Externa: PVC retardante a chama (classificação CM ou CMX ou LSZH). 2. Conectores e Acabamento - Tipo de Conector: RJ-45 em ambas as extremidades. - Material do Contato: Bronze fosforoso com banho de ouro. - Montagem: Terminação de fábrica (industrializada), com botas (boots) injetadas no mesmo material da capa do cabo para proteção da trava do conector (anti-fricção) e alívio de tensão. - Padrão de Pinagem: T568A ou T568B 3. Desempenho e Frequência - Largura de Banda: Suporte a frequências de até 250 MHz. - Velocidade de Transmissão: Compatível com 10/100/1000 Mbps (Gigabit Ethernet). 4. Normatização e Certificações - Homologação: Obrigatoriedade de homologação ativa na ANATEL (o número da homologação deve constar na capa do cabo ou na embalagem)	10	R\$ 40,90	R\$ 40,41	R\$ 43,71	-	R\$ 41,67	R\$ 1,45	3,49%	R\$ 40,22	R\$ 43,12		R\$ 41,67	R\$ 416,70	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
93	Café em pó, torrado e moído, empacotado a vácuo, certificado pela ABIC, em embalagem de 500 g.	685	R\$ 32,90	R\$ 37,99	R\$ 34,98	R\$ 35,89	R\$ 35,44	R\$ 1,83	5,16%	R\$ 33,61	R\$ 37,27		R\$ 35,44	R\$ 24.276,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

94	Açúcar refinado, branco, em embalagem plástica de 1 kg.	400	R\$ 4,29	R\$ 4,39	R\$ 4,69	R\$ 4,64	R\$ 4,50	R\$ 0,17	3,72%	R\$ 4,33	R\$ 4,67		R\$ 4,50	R\$ 1.800,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
95	Chá de Frutas Vermelhas, sachês de 13g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês (atual 15Un)	180	R\$ 7,19	R\$ 5,69	R\$ 5,78	-	R\$ 6,22	R\$ 0,69	11,04%	R\$ 5,53	R\$ 6,91		R\$ 6,22	R\$ 1.119,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
96	Chá de Camomila, sachês de 10g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês. (atual 15Un)	180	R\$ 4,99	R\$ 5,29	R\$ 6,20	R\$ 5,12	R\$ 5,40	R\$ 0,47	8,78%	R\$ 4,93	R\$ 5,87		R\$ 5,40	R\$ 972,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
97	Chá de Hortelã, sachês de 10g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês. (atual 15Un)	180	R\$ 5,19	R\$ 5,79	R\$ 4,89	R\$ 5,37	R\$ 5,31	R\$ 0,33	6,14%	R\$ 4,98	R\$ 5,64		R\$ 5,31	R\$ 955,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
98	Chá de Erva Cidreira, sachês de 10g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês. (Atual 25Un).	150	R\$ 5,79	R\$ 4,30	R\$ 4,30	R\$ 5,09	R\$ 4,87	R\$ 0,62	12,76%	R\$ 4,25	R\$ 5,49		R\$ 4,87	R\$ 730,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
99	Chá Verde, sachês de 13g embalados individualmente. Caixa com 10 sachês.	60	R\$ 4,99	R\$ 5,99	R\$ 5,19	R\$ 3,99	R\$ 5,04	R\$ 0,71	14,13%	R\$ 4,33	R\$ 5,75		R\$ 5,04	R\$ 302,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
100	Biscoito salgado, tipo água e sal, embalagem de 200g.	60	R\$ 4,20	R\$ 4,17	R\$ 3,57	R\$ 4,25	R\$ 4,05	R\$ 0,28	6,84%	R\$ 3,77	R\$ 4,33		R\$ 4,05	R\$ 243,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
101	Biscoito doce, tipo tortinhas, sabores morango e chocolate, embalagem de 160g.	100	R\$ 2,99	R\$ 3,49	R\$ 2,99	R\$ 3,88	R\$ 3,34	R\$ 0,37	11,19%	R\$ 2,97	R\$ 3,71		R\$ 3,34	R\$ 334,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
102	Barra de cereal, opção de três sabores, embalagem individual de 22g. Caixa com 24 unidades.	35	R\$ 26,16	R\$ 28,82	R\$ 34,90	-	R\$ 29,96	R\$ 3,66	12,21%	R\$ 26,30	R\$ 33,62		R\$ 29,96	R\$ 1.048,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
103	Adoçante dietético, líquido, à base de ciclamato, embalagem de 100 ml com bico dosador.	60	R\$ 4,99	R\$ 4,90	R\$ 5,49	R\$ 4,08	R\$ 4,87	R\$ 0,51	10,39%	R\$ 4,36	R\$ 5,38		R\$ 4,87	R\$ 292,20	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
104	Biscoito doce, tipo maisena, embalagem de 10g. Caixa com 200 unidades.	3	89.90	R\$ 79,90	R\$ 94,99	-	R\$ 87,45	R\$ 7,55	8,63%	R\$ 79,91	R\$ 95,00		R\$ 87,45	R\$ 262,35	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
105	Chá de Cidreira com Laranja e Limão, sachês de 16g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	150	R\$ 8,99	R\$ 7,89	R\$ 9,59	-	R\$ 8,82	R\$ 0,70	7,98%	R\$ 8,12	R\$ 9,52		R\$ 8,82	R\$ 1.323,00	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
106	Chá de Erva Doce, sachês de 24g, embalados separadamente. Caixa com 15 sachês.	160	R\$ 4,39	R\$ 3,79	R\$ 5,50	-	R\$ 4,56	R\$ 0,71	15,53%	R\$ 3,85	R\$ 5,27		R\$ 4,56	R\$ 729,60	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
107	Chá de Maçã com canela, sachês de 20g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	180	R\$ 6,49	R\$ 4,59	R\$ 5,29	-	R\$ 5,46	R\$ 0,78	14,37%	R\$ 4,68	R\$ 6,24		R\$ 5,46	R\$ 982,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
108	Chá de Morango, sachês de 16g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	150	R\$ 8,99	R\$ 8,39	R\$ 8,03	-	R\$ 8,47	R\$ 0,40	4,68%	R\$ 8,07	R\$ 8,87		R\$ 8,47	R\$ 1.270,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
109	Chá Preto, sachês de 16g, embalados separadamente. Caixa com 10 sachês.	180	R\$ 4,30	R\$ 3,19	R\$ 3,49	-	R\$ 3,66	R\$ 0,47	12,81%	R\$ 3,19	R\$ 4,13		R\$ 3,66	R\$ 658,80	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
110	Biscoito salgado, tipo cream Cracker, embalagem de 10g. Caixa com 200 unidades.	3	R\$ 89,99	R\$ 78,82	R\$ 84,90	-	R\$ 84,57	R\$ 4,57	5,40%	R\$ 80,00	R\$ 89,14		R\$ 84,57	R\$ 253,71	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.

111	Biscoito doce, tipo amanteigado, sabores chocolate e leite, embalagem de 8,6g. Caixa com 200 unidades.	3	R\$ 82,90	R\$ 77,38	R\$ 92,90		R\$ 84,39	R\$ 6,42	7,61%	R\$ 77,97	R\$ 90,81		R\$ 84,39	R\$ 253,17	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
112	Chaleira tipo elétrica, com capacidade de 1,8 litros, em aço inox e plástico, potência 1200W/1800W, tensão 220V, medindo 21x16x24cm.	7	R\$ 113,05	R\$ 103,86	R\$ 135,80		R\$ 117,57	R\$ 13,43	11,42%	R\$ 104,14	R\$ 131,00		R\$ 117,57	R\$ 822,99	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
113	Papel A3, 75g, pacote 500 folhas	1	R\$ 73,40	R\$ 75,90	R\$ 73,40	R\$ 69,43	R\$ 73,03	R\$ 2,32	3,17%	R\$ 70,71	R\$ 75,35		R\$ 73,03	R\$ 73,03	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
114	Imã para quadro magnético redondo, 8mm, pacote 20 unidades	5	R\$ 14,40	R\$ 12,00	R\$ 13,62	R\$ 9,98	R\$ 12,50	R\$ 1,69	13,54%	R\$ 10,81	R\$ 14,19		R\$ 12,50	R\$ 62,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
115	Fita adesiva, 12mm x 50m, transparente, pacote 6 unidades	5	R\$ 11,76	R\$ 14,22	R\$ 12,90	R\$ 11,39	R\$ 12,57	R\$ 1,10	8,79%	R\$ 11,47	R\$ 13,67		R\$ 12,57	R\$ 62,85	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
116	Fita crepe, 18mm x 50m, pacote 6 unidades	5	R\$ 30,78	R\$ 35,28	R\$ 39,90	R\$ 29,83	R\$ 33,95	R\$ 4,01	11,80%	R\$ 29,94	R\$ 37,96		R\$ 33,95	R\$ 169,75	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
117	Fita crepe, 48mm x 50m, pacote 2 unidades	20	R\$ 29,90	R\$ 35,97	R\$ 31,80	R\$ 26,82	R\$ 31,12	R\$ 3,32	10,65%	R\$ 27,80	R\$ 34,44		R\$ 31,12	R\$ 622,40	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
118	Lâmpada Led, 9 Watts, 6500K, branca	50	R\$ 9,99	R\$ 8,36	R\$ 9,03	R\$ 8,25	R\$ 8,91	R\$ 0,69	7,77%	R\$ 8,22	R\$ 9,60		R\$ 8,91	R\$ 445,50	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
119	Lâmpada Led, 12 Watts, 6500k, branca	10	R\$ 9,13	R\$ 12,90	R\$ 12,60	R\$ 12,19	R\$ 11,71	R\$ 1,51	12,88%	R\$ 10,20	R\$ 13,22		R\$ 11,71	R\$ 117,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
120	Lâmpada Led, 15 Watts, 6500k, branca	30	R\$ 14,99	R\$ 18,90	R\$ 17,90	R\$ 14,49	R\$ 16,57	R\$ 1,87	11,30%	R\$ 14,70	R\$ 18,44		R\$ 16,57	R\$ 497,10	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
121	Lâmpada tubo LED T5 55cm 9W 4000K	10	R\$ 26,01	R\$ 24,58	R\$ 22,66	R\$ 19,91	R\$ 23,29	R\$ 2,28	9,81%	R\$ 21,01	R\$ 25,57		R\$ 23,29	R\$ 232,90	Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023. As amostras geraram baixa dispersão (coeficiente variação < 15%), utilizando-se o VALOR MÉDIO para obter o preço de referência.
PREÇO DE REFERÊNCIA														R\$ 82.593,79	

Pesquisa com base nos parâmetros definidos na Instrução Normativa nº IN nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, amparada pela PORTARIA PGR MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023, registre-se que a pesquisa de preços foi realizada pelo servidor Wagner Ferreira Valles, tendo sido pesquisadas as seguintes fontes: Contratos Vigentes do MPF, Banco de Preços do Governo Federal e pesquisa de preços com empresas do ramo. Ressalta-se que as células na cor verde representam a média alterada, após a exclusão dos valores considerados inexequíveis ou excessivamente elevados



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
ANEXO - I - C
PROVA DE CONCEITO - POC

Requisitos de Acessibilidade		Atende	Não atende	Observação
1	Acesso ao sistema via Google Chrome.			
2	Acesso ao sistema via Microsoft Edge.			
3	Acesso ao sistema via Mozilla Firefox.			
Requisitos de Disponibilidade		Atende	Não atende	Observação
4	Disponibilidade do sistema web mínima de 96% (noventa e seis por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC, com possibilidade de mais uma execução, em caso de erro.			
Requisitos de Segurança		Atende	Não atende	Observação
5	Sítio de hospedagem com certificado <i>SECURE SOCKETS LAYER</i> .			
6	Sistema web resistente a <i>SQL INJECTION</i> e <i>CODE INJECTION</i> .			
7	Sistema <i>web</i> resistente a <i>Brute force</i> .			
8	Acesso às funcionalidades do sistema web de acordo com perfis de usuários (<i>Broken Authentication and Session Management</i>) e protegido de <i>Insecure Direct Object References</i> .			
9	Acesso ao log de dados do sistema <i>web</i> .			
10	Acesso de auditoria no sistema <i>web</i> .			
Requisitos de Funcionalidade		Atende	Não atende	Observação
11	Acesso ao sistema <i>web</i> com utilização de <i>login</i> e senha pessoal.			
12	Cadastramento de órgãos no sistema <i>web</i> .			
13	Cadastramento de unidades administrativas no sistema <i>web</i> .			
14	Cadastramento dos diversos perfis de usuários no sistema <i>web</i> .			
15	Cadastramento de limites de despesas na solução tecnológica por órgão e por unidade administrativa.			
16	Inclusão de pedido por solicitante, no sistema <i>web</i> .			
17	Acompanhamento do pedido pelo solicitante por meio do sistema <i>web</i> , em tempo real.			
18	Cancelamento de pedido de material, pelo solicitante e/ou pelo aprovador do pedido de fornecimento.			
19	Ateste de recebimento parcial ou total do pedido, pelo solicitante.			
20	Monitoramento pelos aprovadores, em tempo real.			
21	Consultas a relatórios com informações sobre cadastros e pedidos em tempo real, pelos solicitantes e aprovadores, conforme suas permissões e filtros selecionados. Validação de extração de dados para planilhas.			
22	Consultas a relatórios de faturamento dos pedidos e fornecimentos realizados, conforme permissões atribuídas pelo contratante aos usuários cadastrados e filtros selecionados. Validação de extração de dados para planilhas.			



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
ANEXO - I - D
RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE UNIDADES

UNIDADE	UF	ENDEREÇO	CEP
PR-RS – Porto Alegre	RS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700, Praia de Belas, Porto Alegre.	90010-395
PRM – Bagé	RS	Rua Bento Gonçalves, 455 - 2o andar, Bagé.	96400-201
PRM – Bento Gonçalves	RS	Rua Dr. Carlos Flores, 417 - São Bento, Bento Gonçalves.	95703-158
PRM – Caxias do Sul	RS	Rua Visconde de Pelotas, 1007 - Bairro Pio X, Caxias do Sul.	95034-385
PRM – Cruz Alta	RS	Av. Venâncio Aires, 1818 – Centro, Cruz Alta.	98010-358
PRM – Erechim	RS	Rua Clementina Rossi, 65, Bairro Bela Vista, Erechim.	99704-094
ERM – Lajeado	RS	Rua Irmão Emílio Conrado, 120 - 3o andar, sala 301, Bairro Florestal, Lajeado.	95900-704
PRM – Novo Hamburgo	RS	Guia Lopes, 4050 – Rondônia, Novo Hamburgo.	93415-260
PRM – Passo Fundo	RS	Rua Antônio Araújo, 720 – Centro, Passo Fundo.	99010-220
PRM – Pelotas	RS	Rua Vinte e Nove de Junho, 200, Bairro Areal, Pelotas.	96075-178
PRM – Rio Grande	RS	Av. Presidente Vargas, 323 - Bairro São Paulo, Rio Grande.	96.202-336
PRM – Santa Cruz do Sul	RS	Rua Ernesto Alves, 428 - Centro - Santa Cruz do Sul.	96810-188
PRM – Santa Maria	RS	Alameda Antofagasta, nº 67 - Bairro Nossa Senhora de Lourdes - Santa Maria.	97050-660
PRM – Santa Rosa	RS	Av. Expedicionário Weber, 550 - 4o Andar Salas 402,403,404 - Centro, Santa Rosa.	98.780-400
PRM – Santana do Livramento	RS	Av. Tamandaré, 1759 - 3o andar - Centro, Santana do Livramento.	97.573-523
PRM – Santo Ângelo	RS	Rua Barão de Santo Ângelo, 110, Santo Ângelo.	98.801-763
PRM – Uruguaiana	RS	Rua Monte Caseros, 2497, Centro, Uruguaiana.	97.501-558



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

À Procuradoria da República no Rio Grande do Sul:
Apresentamos nossa proposta referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de Material de Consumo Administrativo por meio de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, sob demanda, integrados ao Sistema Web disponibilizado e implantado pela Contratada e com entrega porta a porta para atender a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e demais unidades descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital do PE Nº 90001/2026 e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	DESCONTO OFERTADO*	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL ANUAL
	Contratação de serviço continuado de almoxarifado virtual com entrega porta-a-porta nos endereços das Unidades do MPF/RS, conforme Termo de Referência - Anexo I do do Edital do PE 90001/2026	27685			
Valor Global da proposta por extenso:					
*O percentual de desconto incidirá sobre todos os insumos, conforme consta no Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo do Termo de Referência, observando o valor máximo aceitável por item.					

1. DADOS DA EMPRESA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Razão Social	
CNPJ	
Inscrição Estadual/Municipal ou do Distrito Federal	
Endereço/CEP	
Telefones de contato fixo	
Telefones de contato celular	
E-mails de contato	
Banco	
Agência	
Conta Corrente	
Tipo Societário (Empresário Individual-EI, Empresário Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI, Limitada-Ltda, Sociedade Anônima-S.A, Empresas organizadas em Consórcio	
Regime Tributário (Simples Nacional, Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado)	
No caso de optante Simples Nacional (Microempreendedor Individual-MEI, a Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP):	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome	
Telefone de contato fixo	
Telefone de contato celular	
E-mail	
Endereço	
CPF	
RG/Órgão Expedidor:	
Cargo/Função	



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Naturalidade	
Nacionalidade	

3. DECLARAÇÕES

3.1. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Termo de Referência desta seleção e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

3.2. Declaramos, para todos os fins, estarmos familiarizados com a natureza e vulto dos serviços e/ou materiais especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros.

3.3. O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.4. Declaramos que, nos preços cotados, estão inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente seleção, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos (trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc.), taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Responsável



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
RESOLUÇÕES CNMP N 01/2015, 07/2006, 21/2007, 28/2008, 37/2009 E 172/2017**

EMPRESA:

CNPJ:

NOME DO DECLARANTE:

CPF:

CARGO/FUNÇÃO:

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação para aquisição ou prestação de serviços junto à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante do cargo de direção do Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

* A Contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

Nome do membro ou servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Responsável



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de participante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026, **DECLARA:**

() Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

() Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

() Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Responsável



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa.....(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº, participante do PREGÃO ELETRÔNICO 90001/2026 para a contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de Material de Consumo Administrativo por meio de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, sob demanda, integrados ao Sistema Web disponibilizado e implantado pela Contratada e com entrega porta a porta para atender a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e demais unidades descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, declara, sob as penas da lei, para todos os fins, que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Responsável



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto do PREGÃO ELETRÔNICO 90001/2026. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à contratação indicados no Termo de Referência e demais Anexos, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Responsável



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRATO N.º __/2026 - MINUTA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL E A EMPRESA _____ PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONTINUADO DE MATERIAL DE CONSUMO ADMINISTRATIVO POR MEIO DE OUTSOURCING PARA OPERAÇÃO DE ALMOXARIFADO VIRTUAL IN COMPANY, SOB DEMANDA, PARA ATENDER A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL E DEMAIS UNIDADES DESCENTRALIZADAS, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 14.133/2021, IN Nº 5/2017, IN Nº 65/2021, PORTARIA PGR Nº 100/2022 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, CNPJ: 26.989.715/0028-22, situada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 700, Porto Alegre/RS, neste ato representada por seu Secretário Estadual, Senhor _____, matrícula: XXXXX, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR/RS nº 370, de 20 de junho de 2016, da Exma. Senhora Procuradora-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, publicada na Seção nº 2 do DOU de 01/07/2016, em sequência designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ: _____, situada na _____, Bairro: _____, CEP: _____, telefones: _____, e-mail: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu XXXXXXXXXX, Senhor(a) _____, CPF: XXX.***.***-XX _____, conforme Alteração e Consolidação do Contrato Social, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.29.000.013539/2025-11**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, na forma da Lei nº 14.133/2021 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contrato, resolvem celebrar o presente contrato, cuja forma de execução é a INDIRETA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto deste contrato é a **prestação de serviços continuados de Almoxarifado Virtual In Company (sob demanda), por meio de outsourcing de materiais de consumo administrativo. As entregas serão realizadas na modalidade porta a porta, com integração ao Sistema Web implantado pela Contratada, para atender à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e demais unidades descentralizadas, consoante as condições estabelecidas no Termo de Referência.**
- 1.2. A relação e as especificações dos materiais constam do **Anexo I-A** do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- 2.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **XX/XX/2026** e encerramento em **XX/XX/2027**, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
 - 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.1.3. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;
 - 2.1.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação.
- 2.2. Caso não haja interesse da CONTRATADA em prorrogar o contrato, essa deverá comunicar ao CONTRATANTE com, no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência.
- 2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- 3.1. O CONTRATANTE pagará à empresa **XXXXXXXXXX** o valor estimado mensal de R\$ **XXXXXXXXXX** (**XXXXXXXXXX**), perfazendo o valor estimado anual de **XXXXXXXXXX** (**XXXXXXXXXX**), conforme proposta apresentada em **xx/xx/2026**.
- 3.2. Os valores detalhados dos materiais constam na Proposta vencedora (**PR-RS-00xxxxx/2026**).
- 3.3. O valor global estimado no **item 3.1** é composto pelos seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	Percentual de Desconto	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL TOTAL
1	Contratação de serviço continuado de almoxarifado virtual com entrega porta-a-porta nos endereços das Unidades do MPF/RS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA			R\$ 0,00	R\$ 0,00

- 3.4. O percentual de desconto será aplicado sobre todos os itens do ANEXO I-A do Termo de Referência e nas condições previstas no edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**.
- 3.5. No valor global estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, além de taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais.
- 3.6. O valor previsto neste instrumento é meramente estimativo, de modo que os pagamentos devidos à CONTRATADA corresponderão estritamente aos quantitativos de materiais fornecidos.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os requisitos, a forma de prestação dos serviços e as diretrizes para a execução do objeto estão previstos nos itens 6 e 7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 5.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura mensalmente, utilizando o Sistema de Peticionamento Eletrônico (SPE) do MPF, disponível no endereço <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>. Em caso de falha do sistema, a entrega será aceita pelo e-mail prrs-saa@mpf.mp.br. O documento deve ser emitido em nome da **Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (CNPJ: 26.989.715/0028-22)**, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do vencimento.
- 5.2. A apresentação da Nota Fiscal, como condição para o início do processo de pagamento, deverá ser instruída com a seguinte documentação:
 - 5.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 5.2.2. Certificado de Regularidade de FGTS (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 5.2.3. Certidão Negativa de Tributos Municipal (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 5.2.4. Certidão Negativa de Tributos Estadual (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 5.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se não estiver disponível e atualizada no SICAF);
 - 5.2.6. Certidão Negativa junto ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;
 - 5.2.7. Alternativamente, o CONTRATANTE poderá obter as certidões referidas nos **itens 5.2.1. a 5.2.5.** por meio eletrônico, via SICAF. Na hipótese de ser identificada alguma restrição ou de a consulta eletrônica não ser possível, caberá à CONTRATADA comprovar sua regularidade perante os órgãos competentes.
- 5.3. O CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições legalmente exigíveis.
- 5.4. Nos casos em que a nota fiscal discriminar o fornecimento de materiais, os valores destes deverão ser destacados para fins de aplicação das alíquotas de retenção específicas, conforme a legislação tributária pertinente (IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/2009).
- 5.5. Em caso de inexecução parcial do objeto por descumprimento do **SLA Logístico**, o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRATANTE aplicará desconto pecuniário (glosa) diretamente na fatura do mês de apuração, calculado mediante a seguinte fórmula:

$$\text{Valor da Glosa (R\$)} = \text{Valor Bruto da Fatura (R\$)} \times \text{Percentual de Desconto (\%)}$$

- 5.5.1. **Definição do SLA:** Para fins deste contrato, o SLA Logístico (Acordo de Nível de Serviço) será medido mensalmente pelo indicador de eficiência de entregas (**OTIF - On-Time In-Full**), apurado através da seguinte fórmula matemática:

$$\text{SLA (\%)} = \frac{\text{Número de Entregas Realizadas no Prazo e Sem Avarias}}{\text{Total de Entregas Solicitadas no Mês}}$$

- 5.5.2. O Percentual de Desconto será determinado pela apuração do índice acima, conforme a escala progressiva:

SLA Logístico Apurado no Mês	Percentual de Desconto (Glosa)	Impacto Contratual
Igual ou superior a 95%	0%	Dentro da meta esperada.
De 90% a 94,9%	2%	Desconto aplicado sobre o valor da fatura.
De 85% a 89,9%	5%	Desconto aplicado sobre o valor da fatura.
Inferior a 85%	10%	Desconto + Notificação à Contratada.

- 5.5.3. O somatório das glosas aplicadas não poderá exceder o limite de **10%** do valor da fatura mensal. A persistência do SLA inferior a 85% por mais de 3 (três) meses consecutivos poderá ensejar a rescisão motivada do contrato por culpa da CONTRATADA.

- 5.5.4. Para garantir o contraditório, o CONTRATANTE apresentará o relatório de apuração do SLA até o 5º dia útil do mês subsequente ao serviço, dispondo a CONTRATADA de 3 (três) dias úteis para contestação. Findo o prazo sem manifestação, ou rejeitada a defesa, o valor da glosa será retido na fatura correspondente.

- 5.6. A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao ateste da execução dos serviços pelo Fiscal do Contrato (recebimento provisório) e assinatura de Despacho Conjunto de Pagamento (recebimento definitivo) pelas autoridades competentes, após análise do Gestor do Contrato.

- 5.7. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data do Recebimento Definitivo, por meio de Ordem Bancária para a conta-corrente indicada



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pela CONTRATADA.

- 5.7.1. Para todos os efeitos, considera-se a data do pagamento como a data de emissão da respectiva Ordem Bancária.
- 5.8. O inadimplemento de qualquer obrigação pela CONTRATADA, incluindo pendências documentais ou a imposição de penalidades, interromperá a contagem do prazo de pagamento. O prazo será reiniciado a partir da data em que a pendência for integralmente sanada.
- 5.9. O CONTRATANTE poderá realizar o pagamento parcial, retendo os valores correspondentes a penalidades, glosas ou outras obrigações financeiras impostas à CONTRATADA, sem que tal fato gere direito a acréscimos de qualquer natureza para a CONTRATADA.
- 5.10. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365}, I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 5.11. A mesma regra se aplica, de forma inversa, para compensar eventuais pagamentos antecipados, em observância ao art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.
- 5.12. Havendo subcontratação, nos termos deste instrumento, a emissão das Notas Fiscais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

será de responsabilidade da empresa CONTRATADA e compreenderá o valor total dos serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em **XX/XX/2026 (PR-RS-00XXXXX/2026)**.
- 6.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no **item 6.1.**, o CONTRATANTE deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo CONTRATANTE, compete à CONTRATADA solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a CONTRATADA suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.
- 6.5. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **item 6.2.**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da CONTRATADA, do percentual a ser reajustado.
 - 6.5.1. Em caso de ausência de manifestação da CONTRATADA sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo CONTRATANTE.
- 6.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE poderá pagar à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 6.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.
- 6.10. O reajuste poderá ser concedido por Apostilamento ou mediante Termo Aditivo, quando



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

- 6.11. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os CONTRATANTES, a qualquer tempo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o presente exercício, mediante a seguinte dotação:
- 7.1.1. Gestão/Unidade: 200061;
 - 7.1.2. Fonte de Recursos: 10000000000;
 - 7.1.3. Programa de Trabalho: 172236;
 - 7.1.4. Elemento de Despesa: 339039;
 - 7.1.5. Plano Interno: MBASIC;
 - 7.1.6. Nota de Empenho: 2026NE000xxxx
 - 7.1.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes correrão à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 8.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 8.2.1. A CONTRATADA deverá encaminhar a referida garantia à Divisão de Contratações e Gestão Contratual da PR/RS, via Sistema de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena das sanções estabelecidas no contrato e na legislação pertinente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 8.3. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 8.4. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 8.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 8.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 8.7. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 8.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 8.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 8.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 8.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 8.12. O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE acompanhado das condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 8.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.
- 8.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 8.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 8.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 8.17. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 8.18. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.19. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 8.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 8.21. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 8.22. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 8.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 8.24. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Contrato.
- 8.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 8.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.3. Notificar à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 9.4. Comunicar à CONTRATADA qualquer alteração no horário de entrega definido neste Contrato.
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 9.6. Assegurar o acesso aos funcionários da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais onde os serviços serão prestados.
- 9.7. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 9.8. Disponibilizar servidor(es) para receber treinamento sobre os sistemas adotados pela CONTRATADA, quando necessário.
- 9.9. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.
- 9.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 10.2. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 10.5. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações.
- 10.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 10.7. Manter o fiscal do Contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas.
- 10.8. A CONTRATADA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato, gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo indicado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 10.9. Vedar a utilização do nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.
- 10.10. Vedar a transferência a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 10.11. Vedar o caucionamento ou utilização do Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.
- 10.12. Vedar a reprodução, divulgação ou utilização em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.
- 10.13. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.14. A CONTRATADA deverá dispor de meio de comunicação para atendimento aos chamados urgentes/emergenciais.
- 10.15. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação, incluindo os critérios de habilitação e qualificação, na licitação da própria CONTRATADA.
- 10.16. Atender ao que determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas atualizações.
- 10.17. Utilizar o Sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal (MPF) para o envio de documentos ao CONTRATANTE, tais como ofícios, faturas, notas fiscais, relatórios, documentos trabalhistas, fiscais, dentre outros.
- 10.18. Para a assinatura de documentos (contratos, atas, ordem de serviço, termos aditivos e outros que se façam necessários), também deverá ser utilizado o sistema acima indicado.
- 10.19. Proceder à desmobilização técnica e operacional em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do contrato, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE, observando as seguintes diretrizes para garantir a continuidade dos serviços:
 - 10.19.1. Transferência de Dados e Migração de Sistema: Fornecer ao CONTRATANTE a totalidade dos dados, relatórios e cadastros gerados durante a execução do contrato. A entrega e a migração sistêmica devem ser realizadas em formato eletrônico aberto e estruturado, garantindo a integridade, a legibilidade e o sigilo das informações.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 10.19.2. Continuidade dos Serviços: Manter a prestação dos serviços nos níveis de SLA exigidos até o último dia de vigência do contrato.
- 10.19.3. Retenção por Descumprimento: O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações de transição previstas nesta cláusula poderá ensejar a retenção do pagamento da última fatura devida, até que a CONTRATADA regularize a situação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 11.1. O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.
- 11.2. No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:
 - 11.2.1. Realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
 - 11.2.2. Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
 - 11.2.3. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- 11.2.4. Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
 - 11.2.5. Permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;
 - 11.2.6. Compartilhar com o CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
 - 11.2.7. Comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;
 - 11.2.8. Informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;
 - 11.2.9. Anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
 - 11.2.10. Não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

- 11.2.11. Caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
 - 11.2.12. Não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
 - 11.2.13. Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.
- 11.3. O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.
- 11.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 12.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Multa Moratória, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

- a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no subitem 12.2.4.2;
- b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o décimo quinto dia de mora;
- c) ocorrer atraso na apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato em até 15 (quinze) dias, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato, até o máximo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento). O atraso superior a 15 (quinze) dias será considerado inexecução parcial do contrato e autorizará o CONTRATANTE a promover a sua rescisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.2.4.2. Multa Sancionatória após o **décimo quinto dia** de mora, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de 2,0% a 4,0% para as infrações das alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do subitem **12.1**, observando a dosimetria mencionada no subitem **12.6**; e

b) multa de 4,0% a 7,5% para as infrações das alíneas "f", "g", "h" e "i" do subitem **12.1**, observando a dosimetria mencionada no subitem **12.6**.

12.2.4.2.1. No caso das infrações previstas nas alíneas "d", "f", "g", "h" e "i" do subitem **12.1**, os limites mínimos ou máximos estabelecidos poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria mencionados no subitem **12.6**.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4. Além das hipóteses do subitem **12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2.1. Caso não ocorra o pagamento pela multa aplicada, a mesma poderá ser descontada dos valores dados em garantia, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133/2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846/2013.
- 12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846/2013.
- 12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.11. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato deverá ser executado pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, as disposições deste contrato e a Lei nº 14.133/2021. Cada parte assumirá a responsabilidade integral pelas consequências advindas da inexecução total ou parcial de suas obrigações.
- 13.2. Após a assinatura do instrumento contratual, a CONTRATADA será convocada para uma reunião inicial com a equipe do CONTRATANTE, com o objetivo de alinhar as diretrizes operacionais, esclarecer as expectativas institucionais e definir a dinâmica de acompanhamento e execução do objeto.
- 13.3. Será(ão) nomeado(s) servidor(es) do CONTRATANTE, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA.
- 13.4. O(s) servidor(es) do CONTRATANTE nomeado(s) para fiscalizar e acompanhar o Contrato terá(ão) poderes para:
 - 13.4.1. definir toda e qualquer ação de orientação, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis.
 - 13.4.1.1. As atividades de fiscalização e orientação técnica configurarão estritamente o acompanhamento da conformidade do objeto contratado, sendo vedada qualquer conduta que caracterize ingerência, subordinação direta ou gerenciamento técnico e administrativo sobre os empregados e prepostos da CONTRATADA.
 - 13.4.2. suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso à Coordenadoria de Administração para decisão.
- 13.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.
- 13.6. O CONTRATANTE poderá elaborar, a seu critério e a qualquer tempo durante a vigência



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

do contrato, a Matriz de Riscos, com o objetivo de mapear e classificar os riscos operacionais e de gestão da execução contratual.

13.6.1. Uma vez editada ou atualizada pela CONTRATANTE, a Matriz de Riscos passará a integrar este Contrato, definindo as responsabilidades de cada PARTE e as respectivas ações de mitigação e contingência.

13.6.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer todas as informações e subsídios técnicos solicitados pelo CONTRATANTE para a confecção e atualização da referida Matriz, sob pena de sanções por descumprimento contratual.

13.7. Os procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguirão o estabelecido na Portaria PGR nº 28, de 16 de março de 2023, sendo esta a norma de referência principal para a condução das atividades.

13.7.1. De forma subsidiária, para os casos não previstos na Portaria mencionada, poderá ser aplicada a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, e suas eventuais atualizações.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.1.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

14.1.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.1.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

14.1.4.3. indenizações e multas.

14.1.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus ao CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 14.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata o item 14.3 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 14.5. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.6. O CONTRATANTE poderá:
 - 14.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, consoante legislação que rege a matéria; e
 - 14.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

- 16.1. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA em outra pessoa jurídica, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na Dispensa de Licitação, sejam mantidos as demais cláusulas e condições do contrato, não prejudique a execução do objeto contratado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato, podendo decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

- 17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei 14.133/2021.
- 17.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).
- 17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples Termo de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO SISTEMA DE PETICIONAMENTO E DEMAIS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

- 18.1. Para fins de comunicação e formalização da comunicação, ficam estipulados os meios e documentos elencados nos subitens a seguir.
- 18.2. **Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF**
- 18.2.1. Deverá ser utilizado para a CONTRATADA comunicar-se com o CONTRATANTE utilizando-se de comunicações oficiais no processo existente (petição ou resposta) e assinatura de documentos. (<https://apps.mpf.br/spe/login>).
- 18.2.2. O sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal (MPF) pode ser utilizado por pessoas físicas e jurídicas. **Para protocolar eletronicamente documentos e processos destinados a qualquer unidade do MPF não há necessidade de cadastramento prévio**, mas é necessário **uma conta gov.br** com



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nível bronze e seguir os passos abaixo:

- 18.2.2.1. Acessar a plataforma de serviços eletrônicos do Ministério Público Federal, denominada **“MPF Serviços”**, disponível no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>;
- 18.2.2.2. Clicar no menu **“Protocolo”** e entrar na **conta gov.br**;
- 18.2.2.3. Preencher os dados exigidos do remetente, do responsável pelo envio e do destinatário;
- 18.2.2.4. No campo **“descrição do documento”**, informar o tipo de documento que será encaminhado, selecionar o(s) arquivo(s) no formato "PDF" e **marcá-lo(s) como sigiloso(s), quando necessário**;
- 18.2.2.5. Clicar no **“Captcha”** - “Não sou um robô”;
- 18.2.2.6. Clicar na **“declaração”**, afirmando que as informações são verdadeiras;
- 18.2.2.7. Clicar em **“Protocolar”**.
- 18.2.3. Para fazer uma petição ou encaminhar documento ao MPF por meio do sistema, é necessário informar o número do procedimento em que será feita a petição. Esta deverá ser cadastrada conforme as informações constantes na tela e enviada em formato PDF.
- 18.2.4. Para enviar documentos à PR/RS, o campo “Destinatário” deverá ser preenchido da seguinte forma:

Nome: **Procuradoria da República no Rio Grande do Sul**

UF: **Rio Grande do Sul**

Unidade do MPF: **PROCURADORIA DA REPÚBLICA – RIO GRANDE DO SUL**

Setor: **a definir com a fiscalização**

Descrição do documento: **informar de forma sucinta quais documentos serão encaminhados.**
- 18.2.5. O sistema de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal (MPF) também permite a assinatura eletrônica de documentos expedidos pelo MPF, tais como contratos, aditamentos e termos.
- 18.2.6. Para utilizar o Peticionamento Eletrônico para assinatura de documentos é necessário **possuir uma conta gov.br com nível prata ou ouro** e seguir os passos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

abaixo:

- 18.2.6.1. Acessar a plataforma de serviços eletrônicos do Ministério Público Federal, denominada “**MPF Serviços**”, disponível no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>;
- 18.2.6.2. Clicar no menu “**Petição e Assinaturas**” e entrar na **conta gov.br**;
- 18.2.6.3. Clicar em “**Assinatura de Documentos**” e seguir as instruções;
- 18.2.6.4. Nessa página também é possível consultar todos os documentos que foram assinados eletronicamente pelo cidadão.

18.3. Mecanismos de comunicação complementares

18.3.1. Videoconferência

- 18.3.1.1. O sistema de videoconferência poderá ser utilizado para reuniões, sendo que atualmente o CONTRATANTE utiliza a plataforma ZOOM.

18.3.2. Telefones

- 18.3.2.1. Pode ser utilizado para alinhamentos, esclarecimento de dúvidas e outras demandas que possam ser tratadas informalmente e com propósito de dar agilidade às tratativas.
- 18.3.2.2. A CONTRATADA deverá informar os seus números de contato na Reunião Inicial com o CONTRATANTE, assim como seus demais canais de comunicação, e mantê-los atualizados ao longo do contrato.
- 18.3.2.3. O atendimento telefônico deverá ocorrer, preferencialmente, na língua portuguesa, devendo operar de forma ininterrupta, no mínimo, das 10:00h às 17:00h, em dias úteis.

18.3.3. Correio Eletrônico

- 18.3.3.1. Deve ser utilizado para comunicações relativas a convites/convocações para reuniões, atualização de informações relevantes ao Contrato e assuntos diversos que mereçam ser documentados, para fins de auditoria, e que não estejam previstos nas demais formas elencadas.
- 18.3.3.2. Devem ser utilizados única e exclusivamente endereços de correio eletrônico institucionais, de ambas as partes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 18.3.3.3. Os contatos de correio eletrônico oficiais dos envolvidos serão informados na Reunião Inicial entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- 19.1. Os associados, empregados ou prepostos da CONTRATADA não possuem, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza com a CONTRATANTE. Correm por conta exclusiva da CONTRATADA todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato, as quais deverão ser quitadas nos prazos legais.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

- 20.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ASSINATURA

- 21.1. O presente Contrato deverá ser assinado por meio eletrônico através do Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e seus anexos**.

- 21.1.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

- 22.1. O foro para solucionar eventuais litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Porto Alegre/RS - Justiça Federal.
- 22.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado pelas partes de forma eletrônica, para fazer parte do Processo Administrativo nº **1.29.000.00xxxxx/2026-xx**, junto à Divisão de Contratações e Gestão Contratual da PR/RS.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. Integram este contrato os seguintes documentos: I – Termo de Referência e seus anexos Anexo I - A - Relação de Itens de Material de Consumo Administrativo, Anexo I - C - Prova de Conceito (POC) e Anexo I - D - Relação dos Endereços.
- 23.2. Este contrato será executado com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas complementares.

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.

assinatura digital

GIOVANI TAVARES BRUSCATO

Secretário Estadual

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

assinatura digital

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA

TESTEMUNHAS

assinatura digital

Cleivagner Mocelin

Matrícula: 18079

assinatura digital

Carlos da Gama Lobo

Matrícula: 30225



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RS-00076832/2026 MINUTA DE CONTRATO**

.....
Signatário(a): **CLEIVAGNER MOCELIN**

Data e Hora: **22/06/2026 15:05:39**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CARLOS DA GAMA LOBO**

Data e Hora: **22/06/2026 15:07:18**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1c471728.b80a4355.350beb99.ffaca68e